

AS BALSAS DO RIO URUGUAI

relatos e crônicas do oeste catarinense

Gentil Corazza



AS BALSAS DO RIO URUGUAI

relatos e crônicas do oeste catarinense

Gentil Corazza



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
AS BALSAS DE GENTIL CORAZZA <i>José Carlos Radin</i>	5
INTRODUÇÃO	7
A TRAVESSIA	9
O TEMPO E O LUGAR	15
AS BALSAS DO RIO URUGUAI	20
OS INDÍGENAS SEPÉ E CONDÁ	28
O MUNDO CABOCLO	34
A CIDADE COLONIAL	38
O ÚLTIMO TROPEIRO	43
A CIDADE INVISÍVEL	48
A SOMBRA DOS CORONÉIS	53
UMA VIAGEM ÉPICA	65
O ASSALTO AO TREM PAGADOR	68
O BISPO E O PROFESSOR	72

O CAÇADOR DE BORBOLETAS	80
OS MONGES BARBUDOS	87
O OVO DA SERPENTE	91
A VIGÉSIMA QUINTA HORA	100
A TERRA PROMETIDA	105

APRESENTAÇÃO

AS BALSAS DE GENTIL CORAZZA

José Carlos Radin

As balsas de Gentil Corazza navegam livremente por diversos caminhos que atravessam diferentes territórios, reais e imaginários. Navegam com bastante liberdade pelo tempo e pelo espaço do oeste catarinense. Navegam no fundo das águas para visitar uma cidade submersa, navegam por espaços materiais e culturais que marcaram a vida de colonos e de diferentes grupos que habitavam esse território, navegam... navegam até mesmo pelo rio.

Os relatos e crônicas de Gentil perpassam, sobretudo, os sonhos e as peripécias de quem migra. O migrante ou seria o ser humano? sempre sonha, acredita, confia numa vida melhor, a “terra prometida”, para si e para a sua família, está sempre no horizonte, mesmo que em seu íntimo tenha presente que os processos históricos se constroem ou constituem recheados de dificuldades e contradições da vida real.

Assim, esses textos do nosso hábil navegador também nos fazem navegar pela mentalidade do progresso, própria do tempo da colonização que retrata, mentalidade que era amplamente difundida por governantes, pela intelectualidade e pela opinião pública. Nessa tessitura, nos revelam muitas facetas desse território, pois são recheados de verossímil história da “conquista do sertão” e se constituem num agradável passeio pelo que se chama hoje de oeste catarinense.

Gentil, navegador e astuto observador, com muita destreza navega e nos faz navegar, no tempo e no espaço, não apenas do “oeste catarinense”, mas para muitos outros territórios do imenso Brasil, em seus diferentes

processos de conquista de seus inúmeros “sertões”. Assim como no território a que se refere, em muitos outros se construíram cidades coloniais, outros coronéis protagonizaram disputas, outras lideranças foram apagadas... Em outros “sertões” também aconteceram tropeadas, outros monges, bispos e professores pelejaram e evidenciaram contradições e injustiças do processo, envolvendo, ou não, indígenas, caboclos, colonos... Nos sertões Brasil afora, também aconteceram outros assaltos, atuaram outros caçadores de insetos... Enfim, as boas provocações desses textos nos fazem pensar sobre a luta que as pessoas fizeram e fazem para viver e sobreviver, nos levam a refletir sobre a vida e o que lhe dá sentido.

Certamente será uma boa leitura.

INTRODUÇÃO

Neste livro, reúno textos literários sobre temas, fatos e aspectos relevantes da formação histórica do oeste catarinense. Nem sempre foi possível separar os dois gêneros literários, a crônica e o relato. Na prática, eles se misturam do começo ao fim. Os textos que se apresentam mais como crônicas estão permeados de relatos de fatos históricos. E os relatos estão permeados de narrativas crônicas. Cada crônica/retrato descreve e analisa um tema importante da realidade histórica da região. No seu conjunto esses temas configuram um painel bastante amplo e representativo dessa história.

Tudo começa pela travessia do espaço e do tempo, a ambientação de imigrantes nos novos lugares, um novo mundo, desconhecido, o cenário de uma nova vida de trabalhadores do campo, pessoas simples, que buscavam recomeçar a vida em outras terras.

O relato/crônica que dá título ao livro, *As balsas do Rio Uruguai*, constitui um episódio marcante da história da região, não só pelo seu caráter de aventura e muitas vezes de tragédia, mas principalmente pela sua importância na história econômica regional. Durante muitos anos, a extração e exportação da madeira bruta pelo rio foi consequência do avanço do processo de colonização e ao mesmo tempo se constituiu em importante fator dinâmico daquela economia.

“O último tropeiro” e “O assalto ao trem pagador” são crônicas sobre o papel do caminho das tropas, que serviu de roteiro à construção da estrada de ferro, integrando a região à economia nacional.

Outros temas relacionados ao processo de colonização do oeste de Santa Catarina são o mundo caboclo e a realidade indígena. A vida e as lutas de Sepé e Condá traduzem o processo de marginalização dos cabo-

culos provocado pelo avanço da colonização e as diferentes estratégias dos líderes indígenas para enfrentar a ocupação de suas terras na região das missões do Rio Grande do Sul e no oeste de Santa Catarina.

Já “O ovo da serpente”, “A vigésima quinta hora” e “A cidade colonial” se referem às transformações sofridas pela agricultura familiar no processo de integração com a grande indústria frigorífica. “A cidade submersa” representa o preço do progresso pago por aquela pequena comunidade. O poder político das pessoas abastadas está sempre presente como “a sombra dos coronéis”. “A terra prometida” traduz o sonho de milhares de colonos que migraram para as novas terras do oeste em busca de melhores condições de vida.

Para uma melhor compreensão desses temas, sugerimos o *Dicionário histórico-social do Oeste catarinense*, de Radin e Corazza, publicado pela Editora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

A TRAVESSIA

Travessia do espaço. Retorno no tempo. Na travessia, eu olhava para a frente. No retorno do tempo, eu olhava para o passado. A travessia da ponte de Goio-Ên sobre o Rio Uruguai, que liga os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no dia 6 de agosto de 2013, não foi apenas uma travessia da fronteira entre os dois estados, foi também uma travessia no tempo. Durou poucos minutos, mas ao atravessar o rio, eu estava retornando mais ou menos um século em direção ao passado, quando familiares meus aportaram à região. Um século depois eu também estava chegando àquelas terras, não para repetir seu trabalho colonizador, mas para trabalhar na nova Universidade Federal da Fronteira Sul.

Quando ia subindo a encosta íngreme do rio, depois da ponte, observando aquela paisagem deslumbrante, com o imenso lago formado por suas águas represadas e profundas, na verdade eu estava vendo duas coisas bem diferentes. Por um lado, quanto mais eu avançava em território catarinense, mais eu via a realidade atual, a estrada sinuosa de asfalto, margeada por restaurantes e quiosques, lá na frente despontando as torres da igreja da moderna Chapecó. Ao mesmo tempo em que avançava no espaço, retrocedia no tempo, um século inteiro; eu comecei a ver, pelo retrovisor do carro, um longo filme, que me fez lembrar fatos da história daquela região que meus familiares contavam, quando por ali aportaram, junto com outros colonos vindos do Sul, não de carro, como acontecia agora comigo, mas a pé, a cavalo e de carroça. Um século mais ou menos havia se passado desde que eles chegaram trazendo seus parques pertences, tudo o que tinham, mais ou menos como eu estava fazendo naquele dia, no meu carro; eles andando a pé, de chinelo ou de tamanco, o cavalo carregando dois grandes balaios de bambu acolherados, com todos os seus pertences,

que não deviam ser muitos, afinal naquele tempo se sobrevivia com bem menos do que se precisa nos dias de hoje.

Foi assim que, aos poucos, fui me dando conta de que, naquela travessia, eu não trazia comigo apenas minhas tralhas, mas meu passado, minha vida, aquela vida toda de minha família, com seus hábitos, sua cultura, aqueles personagens, todo esse mundo vinha comigo nessa travessia de Goio-Ên, no espaço e no tempo. Pelo retrovisor do tempo, eu vi passar na retina de minha memória tanta coisa de um mundo que meus familiares tinham vivido e que aconteceu naqueles lugares, nos tempos passados, quando migraram para aquelas terras do oeste catarinense. Eu lembro de primos meus, que mudaram para São Miguel do Oeste, primeiro, e depois para Capitão Leônidas Marques. Lembro de meu tio Francisco, um dos quinze irmãos de meu pai, que a sorte não favorecera no Sul e, na busca de um futuro melhor, havia migrado para Salto do Lontra, no oeste paranaense, lá pelos idos de 1960, quando também meus irmãos começaram a migrar para aquelas terras, primeiro para a cidade de Toledo e depois para a de Capitão Vitorino.

A travessia da moderna ponte de concreto eu fazia lentamente, mas a travessia do tempo, que eu via pelo retrovisor do carro, andava em alta velocidade, trazendo-me de volta o mundo do passado vivido pelos meus familiares. Quando cheguei no topo daquela subida, mais ou menos dez quilômetros depois da ponte de Goio-Ên, olhando para a frente, lá estavam as torres da nova catedral da bela e moderna Chapecó, uma cidade que estava para completar um século. Em 1917, o ano de sua emancipação, muito diferente era a grande cidade de agora daquela pequena vila de outrora, o Passo dos Índios e o Passo Bormann, a antiga Colônia Militar, o berço da cidade, onde eu estava chegando.

No entanto, antes de chegar à cidade, que eu antevia do alto da colina, passei perto do aeroporto, ainda modesto, mas equipado com sua moderna pista, onde todo o dia pousam e levantam voo não apenas os primitivos teco-tecos e turboélices, e sim os grandes Boeings e Airbus, levando car-

gas de mercadorias sofisticadas e executivos de empresas, autoridades e professores, gente engravatada, chegando e partindo. Ao mesmo tempo em que, pelo retrovisor do tempo, fui lembrando do embarque das balsas do Rio Uruguai, que transportavam as madeiras das florestas derrubadas, e do caminho das tropas, que cortavam a região levando mulas e bois do Sul, dos campos de Viamão e das Vacarias, para Sorocaba, a grande feira do gado, e para as Minas Gerais, para o trabalho de mineração.

No tempo presente, eu sabia que pisava em terras brasileiras e catarinenses, com fronteiras bem demarcadas, mas que no passado foram terras de disputas, primeiro com a vizinha Argentina, a chamada Questão de Palmas, que durou muitos anos e só foi resolvida em 1895, através de árbitro internacional: o presidente Cleveland, dos Estados Unidos, que deu ganho de causa ao Brasil, convencido que ficou dos argumentos e mapas apresentados pelo brilhante e arguto Barão de Rio Branco. Depois, veio a Questão dos Limites entre Paraná e Santa Catarina, uma interminável disputa permeada pela longa e sangrenta Guerra do Contestado, quatro anos intermináveis chegou a durar, uma nova Canudos, não mais nos Sertões de Euclides da Cunha, mas nos campos e matas do Sul do Brasil.

Ao ver as duas torres da moderna catedral dos dias de hoje, lá na frente, olhando para trás, para o passado distante, fui lembrando da capelinha de madeira com suas pequenas torres, do tempo de antes, incendiada bem no meio do século, em 1950, por fogo de vela que ardia no seu interior religioso de fé, por fogo de fogueira de mendigos que se aqueciam do frio da noite, ou pelo fogo criminoso de forasteiros, que depois, o sermão do padre pregava a justiça da ira divina, de quem queimou a igreja com fogo, com o mesmo fogo devia ser queimado. O que de fato veio a acontecer foi o linchamento, que ninguém quer lembrar, ou melhor, o linchamento que ninguém pode esquecer, lembrado que é pela notícia que ia escutando no rádio do carro, ecoando o episódio recente do enforcamento do vereador Marcelino, uma nova forma de linchamento que se repete, de modo bem

mais sutil, sofisticado; o espectro dos coronéis que ainda paira sobre esta cidade e esta região.

Ao passar pela moderna catedral, observei ao lado da imponente e rústica figura do Desbravador um pequeno monumento dedicado a Dom José Gomes, amigo de minha família, lá das colônias velhas do faxinal de Alto Alegre. Quando eu era criança, ele era vigário de Espumoso, jovem sacerdote, idealista como tantos outros jovens, andava por aquelas estradas poeirentas do interior montado no garboso cavalo Guarany, nome de indígena que lhe deram pelo seu puro sangue; depois substituído por um Jeep, toldo de lona, e o Guarany acabou parando lá em casa (meu irmão ganhou a rifa que o padre fez nas capelas que ele visitava). Mas, agora, nos novos tempos, o vigário José Gomes já havia se tornado bispo de Chapecó, reconheci sua figura na placa de bronze, que lhe era dedicada por aquele povo. Dom José Gomes havia se envolvido nos movimentos sociais da região, apoiando a luta dos colonos sem-terra, a luta das mulheres camponesas e, também, dos atingidos por barragens.

Aquelas torres da antiga igreja me fizeram lembrar, ainda, das outras torres da pequena capela, que eu vi emergirem das águas do lago de Itá, apontando para os céus, como que pedindo socorro para resgatar todos os sonhos que tinham ficado submersos naquelas águas, testemunho das vidas vividas e das histórias pessoais e coletivas daquela cidade invisível.

Naquela passagem pelos arredores da cidade, eu também vi indígenas à beira da estrada, crianças descalças, velhos vendendo balaios de bambu e peças de artesanato que faziam e vendiam para sobreviver. Vi, também, pequenos ranchos caboclos, cercados de suas roças e animais domésticos, pálidos sinais do pouco que restou dos primeiros habitantes daquelas terras, expulsos para o fundo das matas pelo progresso da civilização do homem branco, que foi se apossando de tudo. Outra prova desse progresso, que a alguns beneficiava e a muitos afligia, se podia ver à beira das estradas: os acampamentos de colonos sem-terra, resíduos da moderna agricultura familiar e capitalista que passou a dominar na região.

A passagem pela catedral me trouxe de volta, também, a lembrança dos monges barbudos, peregrinos que pregavam a salvação a todos os deserdados da terra e do trabalho, combustível daquela Guerra do Contestado, quatro longos anos de conflitos e mortes que varreram a região como vendaval. Os monges barbudos — João Maria, José Maria e tantos outros Josés e Marias —, andando pelas estradas de chão, pregando a guerra santa e anunciando a terra prometida com seu cajado de madeira bruta, e seus seguidores, entrando e saindo dos acampamentos caboclos. Testemunha de todos esses fatos, estava lá o Cemitério do Contestado, em campo aberto, onde descansam os guerreiros desafortunados daquela luta desigual contra as forças da ordem.

Era assim que a civilização e o progresso chegavam em qualquer lugar, em qualquer tempo, o progresso trazido pelos colonos vindos das velhas colônias do Sul, chegados em lombos de mula, em carroças de bois e caminhões, famílias jovens que vinham ganhar a vida e a fortuna, com seus pobres pertences e suas sábias experiências de viver e de trabalhar na roça. Vi, também, o progresso trazido pelo trem, que em 1910 passou por aquelas terras, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, abrindo clareira nas matas, arrasadas pelas modernas madeireiras, a *Lumber Company and Civilization*, do império de Percival Farquhar, o magnata americano.

Enquanto eu ia avançando pelas encostas do Rio Uruguai, olhando para o passado pude ver, ainda, as balsas de madeira indo para os portos do Rio da Prata. Foi quando vi, também, aquele homem de feições europeias caçando borboletas na entrada da mata, qual botânico solitário, louco visionário, de tempos ancestrais, apontando para o futuro da ciência naquelas terras ainda tão incultas. Aquele caçador de sonhos continua vivo no Museu Fritz Plaumann, que leva seu nome, com seus milhares de borboletas e insetos que ele coletou ao longo de sua vida nessas terras do sem-fim.

Andei uns quinze quilômetros depois da cidade, sem mapa e um pouco sem rumo, me guiando mais pelo faro e pelo instinto. Aquele lugar, que tanto procurava, eu sabia que ficava a uns trezentos metros depois

do rio, na verdade mais um lajeado que um rio, numa parte mais alta do terreno, onde as cheias das águas não chegavam. Não demorei muito para avistar a ponte, que meu pai contava ter ajudado a construir, e, logo depois, a vista do lugar que procurava. Não foi difícil ter certeza que era ali mesmo que eu queria chegar, tão igual que era com o que estava gravado na minha memória, uma imagem que fui construindo ao longo de minha vida a partir das descrições que meus familiares faziam em seus mínimos detalhes.

Foi lá pelos idos de 1920 ou 1930, o tempo certo não vem ao caso, quando meus antepassados para ali se mudaram, andando a pé, abrindo a trilha na mata, puxando pelo cabresto a mula sestrosa, devagar, que ela vinha carregada com a mudança, dois grandes balaios de taquara, acolherados, um de cada lado do seu lombo. Foi quando, no fim da tarde, passando aquele rio de águas mansas, ali que reencontrei todo o meu passado, ali chegaram meus familiares, mais ou menos cem anos atrás, para recomeçar suas vidas. Aquele era o tempo, aquele era o lugar, os dois tempos, presente e passado, se fundiram numa única imagem. Aquele lugar, a tapera velha, próxima do rio; os restos do moinho de meu avô; a casa onde nasci, com aquela cor verde desbotada pelo passar dos anos; a entrada da cozinha com o poço e a bomba d'água; o sino no alto do campanário, ao lado da igreja; a escolinha de meus primeiros estudos, tudo estava no seu lugar, no seu tempo.

Ali se estabeleceram meus familiares, meus tios com suas famílias, ainda pequenas, mas que iriam se multiplicar para ocupar os pequenos lotes de terra que haviam comprado — trinta hectares inicialmente, depois foram comprando mais algumas pequenas porções. À medida que a família ia crescendo, a casa também ia evoluindo, não sei bem em que tipo de rancho eles moraram nos primeiros tempos, porque, quando eu nasci, em 1945, minha família já morava numa casa de madeira, que meu pai havia construído alguns anos antes com a ajuda de meus irmãos mais velhos e de alguns vizinhos que sabiam o ofício de carpinteiro, como era o caso de meu pai. O que eu buscava era a síntese dos dois tempos, o presente e o passado, uma só história, que caminha nos dois sentidos.

O TEMPO E O LUGAR

Foi ali, naquele lugar, que cheguei no final da tarde, ao escurecer, depois de um longo andar por aquelas encostas do Rio Uruguai, trilhas no mato e nos campos, caminhos de chão batido e estradas de asfalto. Cheguei onde imaginei que queria chegar. Não havia nenhuma indicação do nome, mas não foi difícil saber que aquele era o lugar que procurava. A visão que tive naquela hora de minha chegada se sobrepunha à fotografia que estava na minha memória. Ali viveram meus antepassados. Meus avós, que eu nem lembro de ter conhecido, meus pais e meus irmãos. Quase centenária, nossa casa, testemunha do tempo, permanecia a de sempre. Tinha uma longa história. Soberba, no alto da coxilha, na encosta do Uruguai, parecia vigiar tudo o que estava ao alcance do olhar, na linha do horizonte. Um lugar que conservava as marcas do tempo. As marcas do homem também ainda estavam lá. O lugar não é a paisagem natural. Nem o relevo, nem o clima. O que faz o lugar é sua história. O aquerenciamento. As relações do homem com a natureza, o meio ambiente. Tudo isso ainda podia se ver. Estava tudo lá, quando cheguei. Naquele lugar, o tempo era vago. Naquele tempo, o lugar era ermo.

Antes de ser oeste catarinense, o lugar não era muito conhecido, uma região bastante despovoada. Quase sem povo. Para o colonizador, os povos da floresta não contavam. Indígenas e caboclos não eram povos. Para o branco, o que povoava um lugar era o título de propriedade. Este era o tempo e o lugar desta história. A história que quero contar.

Foi bem ali, naquele lugar, naquele tempo, que eles chegaram. Acamparam no alto daquela coxilha, nas encostas do rio. Mas era lá embaixo da barranca que passava o Uruguai, caudaloso e violento, no tempo das cheias. Aquela era a nova terra prometida. Tinha pasto verde para os

animais pastarem. Tinha o abrigo dos grandes plátanos, para montarem acampamento. Logo adiante, a mata com a madeira para fazer a casa de morar, a escola de se estudar e a igrejinha de se rezar. O que não vinha da terra, o céu é que devia dar.

A casa ainda estava lá. Meu pai é que fez. Foi nela que eu nasci. A madeira bruta veio toda do mato. Cortada a machado e serrote. Troncos de madeira de lei, angico, cabriúva, que era para durar muito tempo. Três metros de comprimento. Oitenta centímetros enterrados no chão firme. Dois metros e vinte para cima da terra, as paredes de pedra. O resto era de pinheiro. Os barrotes embaixo. Depois toda a estrutura, até o telhado de tabuinha. Tudo feito à mão, machado, machadinho, serrote, plaina. Janelas, portas, móveis, cama e mesa. A planta da casa era retangular. Três quartos, de um lado. Uma sala e dois quartos, do outro. No meio, um corredor, que dava acesso a todas as dependências da casa. A sala de visitas era pequena, do tamanho de um quarto. Ela tinha dois acessos. Pela varanda, que ligava a casa com a cozinha, e pelo lado de fora, onde havia uma escada de madeira de dez ou doze degraus. A pequena varanda servia mais para proteger a entrada da sala do que a área de lazer. A cozinha, pelo seu tamanho, era praticamente outra casa. Uma grande sala, duas mesas, uma quadrada para domingos e para quando tinha visita, outra retangular para o dia a dia. Num canto tinha o fogão a lenha e, em frente ao fogão, uma despensa com os mantimentos. Não tinha geladeira. Nem luz elétrica. Entre a casa e a cozinha, uma varanda coberta, com assoalho todo de madeira de tábuas largas aplainadas. Era um lugar aberto nas pontas, por onde circulava o ar. No inverno, era muito frio, mas no verão, um lugar muito aprazível, o espaço mais valorizado da casa. Na saída da cozinha, uma meia-água com área de serviços. Pia de madeira para lavar a louça. Não tinha água corrente na casa. Do lado de fora da área de serviços, mais uma pequena varanda, todavia sem paredes, calçada de tijolos. Ficava ali o poço, que fornecia água para tudo o que fosse necessário. Nos primeiros tempos, uma roldana de madeira com manivela e uma corda com balde. Era o engenho feito por

meu pai para tirar água do poço de doze metros de profundidade. Depois, meu pai comprou uma bomba de bombear água. Era só acionar o braço mecânico da alavanca e a água jorrava abundante para fora do poço. Uma maravilha, aquela engenhoca que meu pai descobriu nem sei onde.

Lá embaixo, na beira do rio, o moinho colonial. O primeiro já não era. O tempo tinha levado, mas ainda tenho vagas lembranças daquela roda d'água gigante escura que girava sem parar. Lembro daquele enorme pé de plátano, ao lado da casa de meus avós, que ali existia e fazia sombra ao redor. Aquele primeiro moinho de meu avô foi substituído por um outro, o moinho de meu pai e de meu tio, mais moderno e mais complexo. Foi deslocado um quilômetro e pouco mais para baixo, na encosta do rio, onde a queda d'água era maior. Para isso, a canalização da água, que já vinha de dois quilômetros, teve que ser aumentada por um longo trecho; a roda d'água ficou muito maior, com muito mais gavetas. O mecanismo ficou mais complexo e mais automático, novas invenções melhoraram a potência do moinho, o processo de moagem ficou mais rápido, a farinha ficou mais moída, os grãos entravam e a farinha saía pronta para ser ensacada.

Depois, chegou um tempo de decadência dos moinhos coloniais, quando chegaram os novos moinhos, que já não moíam com as mós de pedra, mas com modernos cilindros. O moinho de meu pai e de meu tio sofreu uma nova e grande transformação, foi transformado em atafona, um moinho que não moía mais farinha de trigo e de milho, porém fazia farinha de mandioca.

A escolinha também ainda estava lá. Ela o tempo não tinha levado. Foi ali que aprendi as primeiras letras. Era uma única sala, quarenta alunos, nos primeiros tempos, todos da comunidade, uma professora, quatro séries, uma cada ano, e quatro matérias: matemática, português, história e geografia e, de permeio, um pouco de religião e outras orientações para a vida. Eram as primeiras letras, necessárias para entender o mundo em que vivíamos. As aulas eram sempre de tarde, que o tempo era maior. Dona Ângela, a professora, sempre chegava montada no seu selim, a gente a

ajudava a descer do cavalo e também procurava chegar antes de começar a aula, que era o tempo de brincar no gramado ao lado da escola e da igreja. A escolinha já não ensina, mas o ensino que já ensinou por várias gerações ainda não morreu. Esse o tempo não levou. A gente carrega por todo o tempo ao longo da vida. Aquela escolinha é simbólica de um tempo, naquele lugar.

A igreja também ainda está lá. Do lado tinha o sino, no alto de dois troncos, o badalar que se fazia ouvir no alto das coxilhas, em todas as casas, duas vezes por dia, ao meio-dia e no fim da tarde, no escurecer; aos domingos, depois do almoço, anunciando as rezas, e nos dias de missa, uma vez por mês; ou quando morria alguém, aí o badalado era diferente, triste, compassado, a linguagem da morte, que todo mundo entendia.

Mais ali, adiante, na parte dos fundos do que tinha sido desmatado, era a mata e o sertão, terras dobradas, montanhas, planícies, planaltos, altiplanos e baixadas, nas florestas ainda viviam muitos indígenas, não tantos quanto havia nos primeiros tempos, naqueles lugares, quando eles eram donos daquelas terras, depois foram caçados pelos bandeirantes, feitos escravos e mortos pelos fazendeiros. Não tinha as guerras na floresta, tinha a paz naquelas paisagens, tinha também os caboclos nas matas e nos campos de fora das matas. O caboclo e o índio viviam em paz, o branco é que trouxe a guerra e a morte para aqueles lugares. O índio vivia da caça, da pesca, das frutas das florestas; o caboclo vivia da erva-mate nativa e da roça cabocla, da criação de animais domésticos, a terra de plantar e a terra de criar, eram um tanto nômades, migrantes da sazonalidade da erva-mate.

Ali, naquele lugar, acontecia o tempo. Um tempo de antes e o tempo de agora. No tempo de antes, naqueles tempos, aqueles lugares ainda eram só lugares de se viver, só o viver era o objetivo à vida, mas que outra razão podia ter o viver? Isso que parece não ter razão de ser é que vai chegar com os colonos, que vêm para ficar naquelas terras já ocupadas, que o governo disse que era “sertão”, o vazio de gente branca, o vazio do trabalho e o vazio do capital. Eles vieram do Sul com um projeto de colonização

capitalista, trazendo um novo sentido para a terra, para o trabalho e para a vida. Tudo isso representado pelo dinheiro, pela ideia de riqueza, eram os novos tempos que invadiam aqueles lugares, era o tempo do espírito do capitalismo que chegava para ocupar aquele lugar e o sentido da vida.

Foi ali naquele lugar, ao longo do tempo, que viveram pelo menos três gerações de minha família. Meus avós, meus pais e meus irmãos, com suas grandes famílias. Além deles, muitos outros vizinhos, também vindos do Sul, ao todo formavam quase vinte famílias e em torno de setenta a oitenta pessoas. É a partir deste núcleo básico que vão se desenrolar os acontecimentos históricos aqui narrados, na forma de relatos e de crônicas, que traduzem a história desta região. Nos seus começos, tem a história da invasão argentina pela banda do extremo oeste, buscando explorar a erva-mate. Mais ao centro, foram abertos os caminhos das tropas, que levavam o gado do sul do país para as províncias de São Paulo e Minas Gerais, caminhos esses que depois foram substituídos pelos caminhos de ferro, ligando São Paulo e Rio Grande do Sul. Logo depois da ferrovia, veio a Guerra do Contestado, que convulsionou aquela terra e aquela gente. As mesmas terras concedidas ao capital ferroviário foram depois assumidas pelas empresas colonizadoras, que as venderam a colonos gaúchos. O processo de colonização capitalista dizimou as matas, desgraçando caboclos e indígenas, e provocou a exportação da madeira pelas águas do rio.

Foi ali daquele lugar que eu vi todos esses acontecimentos, como se fosse o centro do mundo, a síntese de todos os lugares, como se fosse o Aleph de Borges, o ângulo de visão do todo, onde tudo é novo e antigo ao mesmo tempo, o que existe nunca existiu e o que existiu não volta a existir; a forma do tempo é inacessível, ela representa o espetáculo da visão do todo, quem não a vê em todas as partes, não a reconhece em nenhuma, aparece para cada um de forma diferente, ela se oculta sob milhares de nomes, sendo sempre a mesma coisa, a forma do tempo e o lugar de se viver.

AS BALSAS DO RIO URUGUAI

Uma grande aventura. Era o tempo das balsas, navegando pelo Rio Uruguai, na época das cheias, rumando para o Sul, até o porto de Buenos Aires. Mas não era só aventura. Tinha também um lado poético, quase romântico, ver aquelas grandes jangadas de madeira equilibrando-se nas ondas revoltas do rio, andando nas corredeiras e saltando cachoeiras. Perigosa aventura. Palco de tragédias.

Se a viagem era uma grande aventura, a largada era uma grande festa. “Viva, veio a enchente, vai dar serviço *pra* gente, vai a balsa rio abaixo, vamos viver aventuras”, cantava o cancionista popular. As enchentes do Rio Uruguai eram como dádiva divina, ansiosamente esperada pelos trabalhadores do rio. Uma renda extra. O trabalho dos balseiros, caboclos e agricultores era sazonal, nos períodos das cheias do Rio Uruguai, em geral no inverno, em torno de quatro ou cinco viagens por ano, mas havia ano em que chovia pouco, como aconteceu em 1944 e 1945. Para compensar, no ano seguinte, em 1946, choveu muito e mais viagens foram possíveis. A renda extra completava os magros ganhos da roça cabocla e da incipiente agricultura familiar. Quando a enchente não vinha, quanta frustração, sem trabalho, sem pão para alimentar a família do balseiro. Pobreza para a economia da região.

A exploração da madeira nativa, no oeste catarinense, acompanhou a colonização daquelas terras. O início se deu nas primeiras décadas do século XX, sua fase mais intensa; e seu declínio, nos idos de 1950. Era tanta madeira, difícil de escoar por terra e por estradas que não havia. O curso das águas foi a grande solução, um grande passeio em direção a Buenos Aires. Sua exportação pelo rio, uma espécie de “mercantilismo fluvial”, contribuiu para centralizar recursos financeiros nas mãos de madeireiros

e comerciantes. O extrativismo da madeira foi uma das primeiras atividades capitalistas mais significativas na região. Com a nova atividade, a vida econômica renasceu. O escoamento da madeira, por meio de balsas no Rio Uruguai, figurou entre as principais atividades econômicas a partir dos anos 1920. Depois, se estendeu até meados da metade do século. Com a abertura de novas estradas e a implantação de outros meios de transporte, novas perspectivas se abriram para o mercado interno da madeira, decaindo sua exportação pelo rio.

Três tipos de balsas havia: a de madeiras roliças, a de tábuas serradas e a pirágua, uma das primeiras embarcações de madeira serrada, para transportar erva-mate e outros alimentos, usada pela primeira vez em 1868 pelo francês João Batista Lajus e alguns indígenas numa viagem entre Nonohai e São Borja. As balsas normais tinham em média 600 dúzias de tábuas e atingiam até 70 metros de comprimento, muito amarradas com o cipó goimbê, mas havia balsas ainda maiores, com 700 dúzias de tábuas e 120 metros de comprimento. Eram os remorques. Nas épocas de cheia, tantas balsas havia que até choques e graves acidentes se produziam. A comida ia bem aprovionada na cozinha da embarcação, mas quando ela faltava a bordo, uma canoa era improvisada para ir se abastecer nos armazéns ribeirinhos.

Muito trabalho era necessário para armar aquele aglomerado de madeiras, troncos, toras e tábuas serradas na forma de uma imensa jangada. As madeiras de cedro, louro, grápia, cabriúva, pinheiro, canela e outras de boa qualidade vinham do interior das matas, cortadas que eram a machado e serrote manual ou, depois, com modernas máquinas importadas, em toras de quatro ou cinco e mais metros de comprimento, arrastadas por juntas de bois pelo chão liso e barrento ou embarcadas em carroças e caminhões até a barranca do rio.

Havia, também, aquelas grandes balsas de duzentas toras, que lá se iam amarradas, com cipós ou arame galvanizado e travessas de madeira, formando “pelotões” de dez a quinze toras, agrupadas de acordo com o seu

comprimento. Uma balsa podia ter até dez “pelotões”, tamanho máximo de segurança. Tinha, ainda, as balsas de tábuas serradas, que mediam trinta centímetros de largura e cinco metros de comprimento. As tábuas eram amarradas em maços, chamados de quartéis.

Em cima das madeiras estavam os pequenos ranchos, feitos de folhas de árvores ou capim, para os balseiros se abrigarem do frio e da chuva. Tinha, também, o rancho para a cozinha. Era ali que ficavam armazenados os mantimentos para a viagem: carne seca, arroz, feijão e mandioca, fornecidos que eram pelos patrões. A água para beber era levada em garrações, e quando faltava reabastecia-se em alguma fonte ou se usavam tubos de bambu para chupar a água do fundo do rio, que era mais limpa.

Os perigos estavam sempre de espreita. De Itá a São Borja, eram 49 pontos de perigo, entre portos, saltos, ilhas, enseadas, corredeiras, remansos, resorjos e redemoinhos. Muita atenção se exigia dos balseiros, dias e noites sem dormir. Salto Grande era o mais perigoso. Muitas balsas se desmanchavam e muitas toras se perdiam nas águas do rio, sem nunca mais chegarem ao destino.

Depois de prontas, as balsas ficavam estacionadas no remanso da beira do rio por algumas semanas, esperando que as águas subissem, para iniciarem a longa viagem do porto de Goio-Ên até São Borja, no Rio Grande do Sul. Depois seguiriam pelo Rio da Prata até Buenos Aires, para serem exportadas a outros países. Mas, entre o ponto de partida e o destino final, passava-se por outros portos, como Entre-Rios, Porto Itá, Barra do Uv, Linha Simon, Chalana, Caxambu, São Carlos, Mondai e Itapiranga. Muito perigoso, também, era Yacum, onde o Uruguai se derramava ao longo de quilômetros e a cachoeira chegava a mais de dez metros de altura.

Durante a viagem, havia uma divisão do trabalho: o prático, os remadores e o cozinheiro, mas nas horas mais difíceis todos ajudavam nos remos. Se o rio estava manso, a viagem era tranquila, muitos patrões até se dispunham a acompanhar as balsas, todavia preferiam seguir por ter-

ra, que era mais seguro. Dada a largada, era só andar mais de quinhentos quilômetros, cinco dias, cinco noites, sem parar.

A experiência do prático era decisiva para enfrentar as perigosas viagens. Os balseiros começavam a praticar as navegações aos dezesseis anos e terminavam com mais de cinquenta, já alquebrados e sem forças, muitas viagens que faziam, até mais de cem, quando não morriam muito antes nos acidentes que espreitavam nas curvas e nas muitas corredeiras do rio, como a do Caxambu e do Capinzal, do Saltinho e do Salto Grande, com suas águas barulhentas, que se faziam ouvir a mais de um quilômetro de distância. Além dos perigosos remansos com seus redemoinhos que tragavam tudo, como o de Uvá e o do Tigre, a cachoeira do Macaco Branco e outros lugares onde a velocidade podia atingir mais de cem quilômetros por hora. Centenas de peões desapareceram nas águas do rio, logo abaixo do Salto Grande, onde muitos piratas esperavam para se apoderarem da madeira que sobrava dos vários acidentes que aconteciam.

— Pronto, preparar para a partida! — gritou Antônio, o Patrício, como era chamado o prático e experiente guia, mestre no manejo da balsa, que acompanhara toda a sua montagem e deveria comandar a viagem até o porto de destino. As últimas amarras tinham sido feitas. Os remos de madeira de lei, muito fortes, estavam preparados. Os peões já estavam escalados para a grande aventura. Antônio tinha muita experiência, tudo conhecia, desde a formação da balsa, o nível do rio, todos os pontos perigosos, especialmente as grandes corredeiras. Depois de muita espera, finalmente, chegara o dia.

— Acorda, José Maria, a chuva forte já começou! — disse sua mulher. — O pessoal já *tá indo pra* beira do rio. Disseram que iam soltar a balsa ainda hoje.

Para soltar a embarcação das madeiras, as águas deviam subir até o rio atingir o “ponto de balsa”, seis metros acima do normal, mas quanto mais alto o nível do rio, melhor, porque mais rápida a correnteza e menor

o tempo da viagem. Todavia, a velocidade também aumentava os perigos, que tantos havia.

Quando as cheias chegavam inesperadamente, se apressava a montagem das balsas, para não perder a oportunidade, mas a pressa violava a segurança. As enchentes de São Miguel e Santa Rosa eram as mais esperadas. Práticos e peões estavam sempre alertas para não perderem a oportunidade. Conta-se que na grande enchente de 1965, um único empresário conseguiu embarcar 24 mil tábuas, o equivalente a 40 balsas de 600 dúzias.

José Maria saltou da cama e pegou algumas roupas, que já estavam preparadas para a viagem, esperando a chuva chegar. Não deu tempo nem para tomar um café. Abraçou a mulher e os filhos, temeroso de que podia ser a última vez. A viagem era perigosa. Muitos companheiros já haviam morrido na descida do rio. Ele tinha começado a trabalhar nas balsas com apenas quinze anos, em 1945. No começo, ficava lidando na cozinha, até ir se acostumando com as aventuras e perigos de cada viagem. Foram mais de quarenta ao longo de sua vida. Quase morreu uma vez no Salto do Yacumã, o chamado Salto Grande, uma cachoeira com mais de 8 metros de altura e 1.800 metros de largura. O mais extenso e o mais perigoso do mundo.

A largada foi uma festa, todo mundo queria sair na frente. Muitas balsas no rio buscando seu destino. Todos partiam, mas nem todos voltavam para suas famílias. Foi o que aconteceu com José Maria, no ressorjo da Ilha Grande, era de noite, tinha serração e não dava para ver nada. Ele caiu na água e desapareceu. A balsa estacionou no remanso do rio. Os ribeirinhos acorreram na manhã seguinte para ajudar a encontrar José Maria. Muita procura, mas nada dele aparecer. Só no final da viagem, no descarregamento da madeira, que seu corpo foi encontrado, prensado entre dois quartéis de tábuas.

Muitos peões passavam mal durante a viagem. Foi o que aconteceu com João Francisco, numa noite de tempestade, tudo estava revoltado. Depois do jantar, muita comida pesada, que era para poder enfrentar o

duro trabalho do dia seguinte. Na descida da cachoeira, uma espécie de congestão, passou muito mal, rolava-se pelo chão do rancho sobre as toras, uma cena terrível, ele ia morrer, clamava por um remédio, mas socorro não tinha, todo mundo acudiu, dando palpites do que fazer. Foi então que um peão apareceu com uma grande caneca de chá quente, e ele começou a beber aquela bebida amarga. Que gosto tinha aquilo, não importava, era só o que tinha, tomou até vomitar, e assim ele melhorou e ficou bom. No outro dia, quis saber que remédio era aquele que tinha tomado, foi então mostrado o cipó da amarração das toras, cortado para fazer o chá. “Mas não se engane, companheiro”, disse o orgulhoso curandeiro, “que não foi o chá que fez você melhorar, e sim a água sorna mesmo que tomou, que o fez vomitar e ficar bom de novo”. Era assim que aquela gente simples e rude se socorria nas viagens.

Trabalho duro era o dos balseiros, em condições precárias, sem qualquer equipamento de segurança, nem assistência médica, nem social. Riscos e acidentes frequentes espreitavam em cada curva do rio, no final da cachoeira, nas quedas d’água, sem lei, sem seguro, sem promessa de indenização, mão de obra barata e sem garantias de direitos sociais e trabalhistas. Ficavam entre dez e quinze homens em cada balsa, dependendo do tamanho de cada uma, da época da viagem, da capacidade da empresa e da disponibilidade de pessoal. Não era trabalho de mulher, só homens eram balseiros, sempre conduzidos por um balseiro prático, com muita experiência do ofício, devia conhecer tudo, desde a formação da balsa, o momento certo para o início da viagem, o nível do rio, as corredeiras e os lugares mais perigosos. Eram dezesseis quilômetros acidentados de muita velocidade das águas.

Quando começaram aquelas atividades, entre os idos de 1920 e 1930, os trabalhadores do rio pareciam aceitar com resignação, como se fosse natural ou coisa do destino o desamparo do trabalhador, mas no final da década de 1930 e principalmente depois da Segunda Grande Guerra, a consciência dos direitos dos trabalhadores e o fortalecimento dos sindi-

catos, a legislação trabalhista e os novos ventos da modernidade também começaram a soprar nas águas do Rio Uruguai. Outros ventos passaram a impulsionar as balsas de madeira. A insatisfação dos balseiros começou a ganhar forma concreta nos inúmeros protestos que se fizeram ouvir durante as perigosas descidas do rio. Protestos contra a baixa remuneração que recebiam eram reforçados nos momentos de chegada em São Borja ou Uruguaiana. A contagem dos companheiros mortos em cada viagem também sedimentava o ressentimento dos balseiros. Algumas tentativas de rebelião já haviam se manifestado, por ocasião de acontecimentos mais graves.

Por esses motivos, ninguém ficou surpreso quando naquele final de tarde as primeiras balsas começaram a estacionar no grande remanso da curva do rio, um pouco antes do Salto Grande de Yucumã. Ao iniciar aquela descida, os balseiros nunca sabiam se a viagem iria continuar ou se tudo acabaria ali. Um verdadeiro piquete foi montado naquela curva do rio. Alguns guias tentavam resistir, mas receavam enfrentar a reação dos peões. Mais de quinze balsas já haviam estacionado no remanso e aderido ao protesto. Um verdadeiro motim dos trabalhadores do rio naquele 2 de fevereiro de 1945. No final da tarde desse dia improvisou-se uma assembleia dos balseiros na balsa comandada por José Antônio, um dos líderes do motim. Uma pauta mínima de reivindicações foi elaborada. Mas negociar com quem? De que forma? Onde estavam os patrões? Nos portos de partida ou nos de destino? Três deles estavam ali, acompanhando a descida do rio. Negociações difíceis. Aquilo nunca havia acontecido antes. O encontro se realizou sobre uma balsa flutuante, na curva do rio, a céu aberto e ao som da cachoeira de Yucumã.

Dois dias duraram as negociações. A pauta era longa. Salário, alimentação, condições de trabalho, indenização por mortes, condições de retorno às suas residências. Os patrões presentes assumiram o compromisso de pagar um bônus extra na chegada das balsas ao seu destino, quando os demais patrões seriam informados do acontecimento. Ficou acertado,

também, o pagamento do salário integral, mais um salário extra para as famílias dos balseiros que não chegassem ao destino. Além disso, deveriam os patrões custear o traslado dos corpos até a localidade de origem de cada um. Depois daquele primeiro motim, muita coisa mudou na vida e no trabalho dos balseiros.

Os donos das balsas eram pessoas abastadas, em geral empresários madeireiros. Iniciado já na década de 1920, o ciclo da madeira se estendeu por um período de mais de trinta anos, até a década de 1960, entrando depois em decadência, devido ao esgotamento da madeira e ao desenvolvimento de outras atividades mais lucrativas. A exportação de madeiras pelas águas do Rio Uruguai escondia a devastação das matas e a formação de fortunas.

A chegada em São Borja era uma grande festa. Partindo de Chapecó, eram seis horas de carro, mas pelo rio, a viagem podia durar mais de dez dias, dependendo do nível das águas. Os que haviam sobrevivido podiam comemorar a chegada. E lá já estava o patrão esperando com uma churrascada e muita cerveja. Era também a hora do pagamento pelo duro trabalho. Muitos já gastavam o dinheirinho ali mesmo, em diversões, mulheres e mercadorias que não tinham em suas casas. Outros levavam o dinheiro para o lar. O que ganhavam numa viagem de cinco ou seis dias no trabalho do rio era como a renda de dois meses no seu trabalho normal na roça.

O retorno acontecia por via terrestre de trem até Santa Maria, depois de ônibus até Erechim e, dali em diante, mais cinquenta quilômetros a pé até Itá e outros portos do rio, onde ficavam esperando a próxima viagem. Muitos comerciantes e madeireiros enriqueceram com a “odisseia dos balseiros”, exportando a madeira pelas águas do Uruguai.

OS INDÍGENAS SEPÉ E CONDÁ

Em minha incursão acadêmica pelo oeste catarinense conheci Condá, um personagem singular e marcante que ainda povoa o imaginário social da população dessa região. Eu nunca ouvira falar dele. Além de fazer parte da história indígena da região, ele deu nome ao estádio de futebol da cidade de Chapecó, Arena Condá. Mas quem foi ele? Por que esconder sua procedência indígena? Como a história escrita o denomina: índio ou cacique Condá? Este simples detalhe, na verdade, é carregado de grandes significados, e esconde a verdadeira relação de uma sociedade com seu passado indígena.

Ao tentar conhecer um pouco da história de Vitorino Condá, o cacique *kaingang*, logo me veio à mente o nome de Sepé Tiaraju, outro personagem importante da história indígena do Sul brasileiro. Uma comparação de suas histórias e de suas estratégias de sobrevivência me pareceu inevitável. Como falar de Condá sem falar de Sepé? Eles eram muito iguais e muito diferentes ao mesmo tempo. Ambos eram líderes indígenas. Um era da tribo guarani. O outro pertencia aos *kaingangs*. Eles fizeram escolhas de sobrevivência diferentes. Sepé foi proclamado “herói guarani missioneiro rio-grandense”. Suas lutas o colocaram no Panteão dos heróis estaduais e nacionais, título firmado em lei e estatuto legal. Já Condá, até de traidor foi chamado. Teria ele colaborado com o homem branco? Traição ou estratégia de sobrevivência?

Sepé, que até nome guarani tinha, Karáí Djekupé, nem teria nascido guarani, mas sim adotado por uma família dessa tribo. Viveu no norte gaúcho, nas terras dos Sete Povos das Missões. Morreu em 1756, numa batalha, em campo aberto, contra as tropas imperiais de Espanha e Portu-

gal. Condá viveu no oeste catarinense. Morreu de morte natural, em 1869, mais de um século depois do indígena guarani.

Sepé chefiava a grande nação Guarany, que vivia nas fronteiras dos territórios, que depois seriam território brasileiro, argentino e paraguaio. Seriam talvez oitenta mil pessoas: cerca de trinta mil nos Sete Povos das Missões e os outros cinquenta mil na Argentina e Paraguai. Os Sete Povos teriam começado com a fundação de São Nicolau pelo jesuíta Roque Gonzales, em 1626. Vida curta tiveram os primeiros povoados indígenas, pois tinham que enfrentar os bandeirantes vindos do Norte. Em 1640, muitos desses povos foram destruídos. Outros novos se reergueram nos Sete Povos das Missões.

Sepé Tiaraju, líder e símbolo da resistência guarani, recebeu formação escolar dos jesuítas e estava habituado ao convívio pacífico com os homens brancos. Chegou mesmo a articular uma espécie de Confederação Guaranítica. Criou inovadoras táticas militares, priorizando a guerrilha e evitando as grandes batalhas em campo aberto. A guerra com o homem branco começou com o Tratado de Madrid de 1750, que determinava o traslado dos indígenas do Sete Povos para a banda oriental do Rio Uruguai, onde hoje é o território uruguaio. As ordens para a mudança começaram a ser cumpridas três anos depois, em 1753. Sepé tentou negociar, sem sucesso. Não restava outra saída senão a guerra de resistência. Comissões demarcadoras ibéricas foram barradas em São Miguel. Um ano depois veio a emboscada de Rio Pardo, onde índios que guardavam o forte foram aprisionados. Sepé negociou a devolução de animais capturados e conseguiu fugir. Em 1754, as tropas de Sepé derrotaram uma expedição imperial. A batalha final contra os exércitos de Espanha e Portugal se aproximava. Foi em Caiboaté, próximo de São Gabriel, que Sepé tombou, em 7 de fevereiro de 1756. Poucos dias depois os guaranis seriam derrotados e expulsos de suas terras missioneiras.

Vitorino Condá foi cacique da tribo *kaingang*, um importante líder indígena, que se notabilizou durante o processo de ocupação de suas

terras do oeste catarinense, por fazendeiros e autoridades imperiais, no início do século XIX. Ele nasceu em 1805 e foi criado num aldeamento nos campos do oeste. Morreu em sua aldeia nas margens do Rio Chapecó em 25 de maio de 1869, aos 65 anos de idade.

A conquista do oeste catarinense tem uma longa história, que vai desde a passagem de Don Álvaro Nuñez, o lendário Cabeza de Vaca, e do militar alemão Ulrich Schmidel, que, entre 1540 e 1550, teriam atravessado o Peperi-Guaçu, na região de Palmitos, e travado os primeiros contatos com a população indígena da região. Depois dessas incursões iniciais, a região teria ficado quase esquecida até os anos 1820, quando uma frente pastoril vinda do Norte chegou primeiro aos campos de Guarapuava e, depois, em torno de 1840, aos campos de Palmas. A invasão do homem branco provocou reações diferentes nas diversas tribos indígenas que ali viviam, desde as mais hostis até as mais tolerantes com os invasores. Lutas fratricidas entre tribos irmãs chegaram mesmo a ocorrer.

Condá viveu intensamente este problema. “Esta terra não está vazia”, teria ele proclamado, ecoando o grito de guerra de Sepé Tiaraju nas terras missioneiras do Sul. “Esta terra tem dono!”

— Aqui estamos há mais de cinco mil anos. Vocês são invasores. Nos roubam a terra. Destroem nossa vida.

Não há dúvida de que Condá lutou muito por suas terras. Mas foi acusado de fazer jogo duplo, como até parecia à primeira vista: defender as terras dos indígenas e aceitar a ocupação dos fazendeiros brancos. Duros dilemas de Condá:

— O que fazer contra a poderosa força dos fazendeiros e das autoridades que desejam essas terras? Aceitar a presença do homem branco conquistador; integrar-se ao novo sistema, morando nas aldeias; viver escravizados ou morrer lutando? Triste alternativa.

O que podia fazer Vitorino Condá, quase um século depois de Sepé Tiaraju? Retirar seu povo dos campos de Palmas, para salvá-lo, ou enfrentar os invasores e serem mortos? Qual a melhor estratégia? A política do

governo era o aldeamento dos indígenas, não para mantê-los como tais, mas para transformá-los em não indígenas. Era a política da domesticação e do branqueamento.

Condá teria aprendido com Sepé a lidar com o homem branco? A arte da guerra, da vida e da morte. Sepé não tinha muitas alternativas. Devia escolher. Ou mudar seu povo para a banda oriental do Rio Uruguai, ou lutar pelo que era seu. “Esta terra tem dono” foi seu grito de guerra. Era a guerra de movimento. Defender ou morrer. As lutas aconteceram no campo aberto das missões. Uma guerra desigual. Arco e flecha, ou até alguma artilharia inventada, contra os canhões dos exércitos portugueses e espanhóis.

A situação vivida por Condá era diferente. Não havia um ultimato emanado por duas potências coloniais, mas certamente viveu um grande dilema. Ou colaborava com os invasores, aceitando dividir suas terras e se integrando à sociedade dos homens brancos, ou lutava contra eles para defender as terras e a vida de seu povo. Ele adotou uma estratégia diferente. A guerra de movimento seria a destruição e a morte de seu povo. Preferiu a guerra de posição. Ficar na trincheira, avançando e recuando. Ganhando posição. Foi sua estratégia de sobrevivência. Sobrevivência subordinada, não soberana. A extinção e a morte lenta de seu povo. Até os dias de hoje.

As estratégias de vida ou morte foram diferentes, como os destinos de ambos também parecem ter sido. Enquanto Sepé entrou para o Panteão dos heróis rio-grandenses, Condá deixou poucos vestígios. O mais visível é o da arena de futebol que leva seu nome, mas quem não conhece sua história nem suspeita que Condá foi um cacique indígena e não um jogador de futebol. O que sobrou do antigo “Passo dos Índios”, o berço de Chapecó? Esta cidade e esta região têm profundas raízes indígenas. Mas a conquista do oeste deixou poucos sinais do que era essa terra bravia dos guaranis, dos *kaingang*s, dos *xokleng*s e dos outros povos nativos que não sobreviveram. A geografia não é a de agora. As nações indígenas tinham outros limites, outras demarcações. Seus povos habitavam vastos territó-

rios. Agora, indígena mora nas cidades. Sobraram alguns redutos. Alguns toldos. Não tem mais território indígena como antes. Acabou a caça, o peixe, o fruto da mata. Ele ainda faz cesta de bambu, de cipó, trabalha de empregado na roça, é peão de fazenda, operário de frigorífico também. Ser indígena não é mais a mesma coisa que foi no passado. Pode até crescer a população, mas onde fica sua etnia, sua identidade?

As relações entre indígenas e brancos são, como sempre foram, muito complexas. Para o branco, sempre conquista e dominação. Para o indígena, só perdas e morte. Os que sobrevivem já não são mais eles mesmos. Quase perderam a identidade. Sobrou pouco do que eram. Atores, vítimas de uma grande tragédia. Vitorino Condá, com toda sua ambivalência, é um sobrevivente.

A invasão do território *kaingang* causou muita tensão e conflito na região. A frente pastoril de ocupação, apoiada pelas autoridades imperiais, praticava uma verdadeira política de extermínio contra os indígenas que se opunham à ocupação, mas procurava aliciar os que lhe eram dóceis e estavam dispostos a colaborar com os invasores. Assim, a ocupação dividiu o povo indígena entre os que eram favoráveis e os que eram contrários a uma aliança com os brancos. Os invasores manipulavam as divisões internas dos indígenas para consolidarem a ocupação. Condá se transformou numa peça-chave do processo de ocupação brasileira do oeste, nos campos de Palmas.

O conflito era longo e cada vez mais agudo. Os sequestros eram muito comuns, como represália à ocupação de suas terras. Em 1843, Vitorino Condá foi chamado para resgatar o capitão Soutto-Maior, tropeiro e negociante de animais, das mãos de indígenas que habitavam as proximidades. O grupo de Condá era acusado de dirigir os ataques e roubos, mas ele também havia amealhado prestígio e respeito do governo da Província, por ter intermediado a recuperação de sete crianças brancas que haviam sido raptadas pelos indígenas. Condá também foi convidado para mediar o conflito entre as autoridades e os indígenas na abertura da “Estrada das

Missões”, o caminho entre Palmas e Cruz Alta, na província de São Pedro, pelo passo de Goio-Ên, nos chamados campos de Nonohay — tarefa que só poderia ser executada com a ajuda de Vitorino Condá, pelo prestígio que detinha junto aos indígenas dessa região.

Neste contexto de invasão, conflito e extermínio, se destacou o papel do cacique Condá. Como superar o dilema do seu povo de resistir e ser eliminado ou fazer acordo com os invasores e sobreviver? Condá estava metido nesta trama bastante complexa. Ele atuava mais como peça de uma grande engrenagem, movida por interesses poderosos. As relações de poder eram muito desiguais e os interesses recíprocos, bastante diversos. Os povos indígenas eram o elo mais fraco. Seus interesses eram manter suas terras e salvar suas vidas. Ao governo interessava fortalecer a ocupação de um território de fronteira em disputa com a Argentina. Condá era uma peça-chave de permanência brasileira nos campos de Palmas. Já aos brancos invasores interessava se apropriar das terras indígenas, valendo-se ao mesmo tempo do conhecimento do território e da experiência dos caciques para “pacificar” os indígenas e fazê-los aceitar a ocupação e a convivência com os invasores.

É neste contexto que se define a posição ambígua, controversa e até contraditória de Condá, que oscilava entre a colaboração e a hostilidade, dependendo da situação; muitas vezes até lutando contra os próprios indígenas, conforme o jogo de interesses que permeavam as posições de cada parte. Condá estava inserido na trama de conflitos em que fora envolvido pelas autoridades e pelos colonizadores. As autoridades o tratavam ora como pacificador, aliado e colaborador do governo, ora como inimigo hostil.

O MUNDO CABOCLO

Amâncio é meu nome. Sou um caboclo nascido, criado e vivido no oeste catarinense. Minha família é a grande família cabocla, que se formou a partir de várias procedências. Alguns são remanescentes das antigas fazendas, os peões de estâncias, que foram povoando o caminho das tropas; outros vieram do cultivo da erva-mate; e há, também, os que provieram das muitas madeireiras que existiam na região. Basta lembrar a maior delas, a Lumber, onde muitos familiares meus trabalharam. Não posso esquecer dos companheiros de origem portuguesa, os luso-brasileiros, vindos do Rio Grande do Sul e do Paraná.

No século XIX, os meus antepassados formavam a maioria da população da região, mas aos poucos fomos sendo expulsos de nossas terras e empurrados para o interior das matas, onde a família cabocla se refugiou e passou a viver isolada numa espécie de solidão natural, longe dos recursos e da modernidade, vivendo em pequenos ranchos e cultivando nossa roça cabocla. É importante dizer que, mesmo constituindo a maioria da população, o mundo caboclo não fazia parte da história oficial. Ignorava o caboclo. Para ela, a verdadeira história do oeste só começou de verdade depois da chegada dos colonos italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul.

Embora partilhando semelhanças, a figura do caboclo tinha traços típicos de cada região do Brasil. A história do caboclo do oeste catarinense é uma história antiga, marcada pelo conflito com os homens brancos, fazendeiros e colonos. É, também, uma história de resistência e luta contra a expropriação de suas terras. Oficialmente, a verdadeira história do oeste só teria começado com a colonização, ocorrida no século XX. O indígena

e o caboclo não eram entes políticos e sociais e, por isso, as autoridades não reconheciam nem seus direitos de posse nem sua forma de trabalho.

— Conheço as origens e a história de minha grande família cabocla — sustentava Amâncio. — Não só conheço, mas também tenho orgulho de nossa identidade cabocla. Não carregamos nenhuma essência cabocla natural, mas o mundo caboclo é fruto da nossa história e de nossas condições sociais e culturais. Nossa identidade abriga muitos nomes: sertanejo, mestiço, mulato, meio negro, meio branco, meio índio, meio bugre, meio tudo, mistura de tantos tipos, hábitos rudes, caipira, matuto, instintivo, místico, desconfiado, desajeitado, alegre, bravo e valente. O mais importante é que carregamos um alto sentimento de justiça. Somos pobres e vivemos toscamente. Procuramos viver em comunidades. Detestamos o isolamento. Somos vítimas dos preconceitos dos homens brancos, que nos consideram seres inferiores. Aqui, ser caboclo tem conotação pejorativa. Cultivamos a lealdade, somos tímidos, mas corajosos e até violentos quando somos atacados.

Amâncio, como qualquer povo, carregava muitas contradições. Era um homem simples numa personalidade complexa. Fazia parte da maioria da população, mas vivia à margem da sociedade. Tinha uma longa história, porém não integrava a história oficial. Pioneiro desbravador daquelas terras do oeste, sempre ocupou o “vazio” daquele sertão. Nele foi criado. Ali sempre viveu. Ali foi desaparecendo lentamente. Sua condição era ser nômade, sempre itinerante, seu traço cultural. Sofria permanente discriminação étnica, social e cultural.

Não defendia e não buscava a propriedade, só lhe interessava a posse da terra, mesmo que sempre provisória. Em 1850, a Lei de Terras veio facilitar a desapropriação das terras caboclas. Ele tinha relação especial com a terra e com a natureza. Só interessava para produzir alimentos para consumo próprio, uma pura economia de subsistência, que não gerava excedente, nem precisava de moeda. As bodegas desempenhavam papel essencial nas trocas, como centros de uma verdadeira economia de escam-

bo, onde se trocavam os produtos da roça — fumo, milho, feijão e erva-mate — por sal, bebidas, querosene, pólvora e instrumentos de trabalho.

Sem a terra o caboclo não podia sobreviver. Terra e trabalho eram meios de subsistência e de vida, não de riqueza, vida de nômade, seguindo a caça, a pesca, extração da erva-mate e dos frutos do mato, pequena pecuária e agricultura, roça cabocla, terra de plantar e terra de criar, nem capinar precisava, a plantação viçosa vencia o inço. A roça também era itinerante; como a vida, seguia o sistema de “pousio”, pousando nas terras mais férteis e produtivas até se esgotarem, para “pousar” em outro sítio mais propício, as terras de plantar e as terras de criar.

O *ethos* do trabalho do colono não lhe servia, não era preguiçoso, como se dizia, sempre trabalhou e muito lutou pela vida, sua sina sempre foi ser pobre, dispor de pequenos lotes de terra, viver em ranchos, feitos de troncos de árvores, cobertos de folhas de bambu ou pequenas tábuas lascadas, assoalho de chão batido (o de madeira veio mais tarde, com as serrarias), tinha cavalo encilhado, roupa domingueira, na cintura levava pistolas e facão.

A colonização de italianos e alemães vindos do Sul foi a grande responsável pela marginalização e aniquilamento do mundo caboclo. Os colonos consideravam o caboclo um preguiçoso, avesso ao trabalho, por não trabalhar da mesma forma que eles e por ser normalmente pobre, arruaceiro ou de pouca confiança. A colonização foi precedida pela difusão da existência de um “sertão” vazio a ser ocupado. Como o caboclo só tinha a posse efetiva da terra e não sua propriedade legal, ia sendo expulso pelo processo colonizador e empurrado para o fundo das matas. Em outros casos, não era difícil se apropriar da terra através de uma proposta de compra de sua posse, porque o caboclo dificilmente resistia: sabendo de sua situação precária, não tinha escritura e podia ser despejado pelos fazendeiros ou pela polícia.

As chances de ascensão eram praticamente nulas, como peão ou agregado trabalhando em terra de terceiros, por arrendamento ou parce-

ria. Tudo isso fez do caboclo um retirante. Sua pequena roça, sua pequena criação e sua casa tosca, normalmente, facilitavam a retirada.

Mas para onde ele foi, quando expulso pela “civilização” até não mais haver terras livres para ocupar? No fundo dos fundos de qualquer lugar, de difícil acesso, onde é maioria dos habitantes. Alguns ainda ficaram como arrendatários e posseiros. Outros se transformaram em pequenos proprietários ou gravitavam em torno dos latifúndios; teriam encontrado refúgio nos movimentos de agricultores sem-terra, ou na periferia de cidades, talvez. Outros, ainda, teriam tomado o rumo do Norte, em terras do Paraná, Mato Grosso, Rondônia, ou no vizinho Paraguai. Errante, pioneiro esquecido, sem lugar na história do oeste, ficou na memória do desbravamento regional. Oposição sistemática com o *ethos* do colono. Conflito de identidades. Dois mundos. Mundo caboclo. Mundo colono. Conflito.

A CIDADE COLONIAL

Morei em Chapecó pouco mais de um ano, entre 2012 e 2013. Estive a trabalho na nova universidade federal. Morei no centro, num apartamento alugado. Meus contatos estavam relacionados mais para o interior da universidade (dirigentes, professores e estudantes), mas convivi também com moradores locais. Na realidade, eu era mais observador do que participante da vida da cidade. Observava tudo o que via e ouvia, sempre me perguntando pelos traços culturais típicos daquelas pessoas e daquela cidade.

Dos poucos conhecimentos que tinha de sociologia cultural, sempre entendi que toda sociedade, ou grupo social, tem suas condutas e comportamentos orientados por traços culturais específicos, um conjunto de símbolos e significados produzidos e partilhados socialmente. A cidade produz sua cultura e esta molda os contornos da sociedade que nela vive. A cultura é sempre viva e dinâmica, nunca é definitiva, está em permanente mudança, sempre reinventada e enriquecida com novos significados.

O traço que mais me chamou a atenção foi o contraste entre a vida moderna e os valores tradicionais. Esta cidade vive uma tensão permanente entre os valores culturais, associados ao seu passado colonial, que ela pretendeu superar, e os novos valores, modernos e capitalistas, que ela não conseguiu assimilar plenamente, devido à força de seus traços tipicamente coloniais. Os traços culturais carregados pelo processo de colonização, embora tenham se mostrado como modo de vida dominante, por um longo período de tempo, são marcados por uma permanente tensão provocada pela negação da cultura indígena e cabocla e a pressão dos novos valores culturais de feições capitalistas, que tendem a se afirmar com muita força nos tempos atuais. É este o sentido do que chamo de “cidade colonial”.

Talvez poucas cidades associadas a um processo de colonização tenham conservado tão marcados os sinais desse processo como a cidade de Chapecó. A colonização se foi, mas as marcas ficaram. No ar. No corpo, no vestir. Nas feições. No jeito de andar, nas falas, no olhar.

A colonização foi um processo oficial de ocupação de terras. Uma empreitada capitalista de consequências intermináveis e sem retorno. Ela carregava consigo o ovo da serpente, a ética do trabalho e o espírito do capitalismo. As empresas colonizadoras eram tão importantes que muitos empresários a elas associados receberam o título de coronéis. Esses coronéis, com título ou sem título, recebidos ou comprados, não faziam jus às honrarias pois nunca as mereceram, esses coronéis faziam muito mais do que colonizar aquelas terras. Eles também colonizaram a sociedade e a política. Mais do que isso. Colonizaram corações e mentes. A identidade e as consciências. A mão e a sombra dos coronéis mandaram e mandam na política até os dias atuais. O mandonismo é a marca dos coronéis da colonização.

Conheci muita gente que não conseguiu se livrar dos valores herdados do processo colonizador. Vive até hoje esta herança, que domina não só seu espírito, mas também seu corpo, suas feições físicas. Conheci, ainda, muita gente que enxerga mais longe. Outros ventos sopram em muitas daquelas largas avenidas da moderna Chapecó. Ares republicanos tentam superar os ares provincianos. O florescimento de universidades carrega esse novo espírito cultural. A Federal da Fronteira Sul, com seus professores e estudantes, foi um sopro novo nessa direção.

Chapecó carrega a herança de outros conflitos. O mais grave foi a Guerra do Contestado, que lança suas raízes nas guerras de conquista e de apropriação privada da terra. Antes, ela pertencia aos indígenas e caboclos. Eles tinham a posse da terra, não os papéis. Agora, numa sociedade capitalista, vale o direito de propriedade, não sua posse. Foi isso que aconteceu na colonização do oeste. Indígenas e caboclos foram sendo expulsos de suas terras à força e em nome da lei. Era a justiça do homem branco,

colonizador. A terra, bem de todos, agora era como uma mercadoria, que se compra e se vende legalmente. Uma mercadoria especial, porque não reprodutível. Mas a sua natureza mercantil talvez esteja no seu uso para gerar valor de troca. Isto quer dizer que muda sua natureza e sua função. Antes, a terra servia para produzir comida. Agora, ela deve produzir mercadorias, dinheiro, riqueza abstrata. Esta nova função da terra afeta toda a economia colonial, uma economia familiar de subsistência, quase autossuficiente e autônoma, mas que, aos poucos, foi se orientando pelo mercado, para o comércio dos produtos agrícolas excedentes do consumo das famílias camponesas, especialmente a produção de suínos. A produção para o mercado tornou-se o principal objetivo das atividades econômicas coloniais. A partir dos anos 1940, com a chegada de novas levas de colonos do Rio Grande do Sul, alemães, italianos e poloneses, o processo de colonização das terras do oeste avançou. Esses colonos gaúchos traziam consigo uma larga experiência no cultivo da terra.

Isto não é mudança pequena. Profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais estavam começando nessas terras. Primeiro, era necessário fazer a “limpeza” da área, expulsando povos indígenas e caboclos que ali viviam desde muitas décadas e mesmo séculos. Esses povos foram sendo aniquilados aos poucos. Não apenas isso. Eles foram esquecidos, sequer existiram, pois foram apagados da história oficial da região. Novas relações sociais passaram a comandar o sistema produtivo e, com ele, a se afirmar um novo modo de vida e de trabalho de todos os que ali passaram a viver. Profundas mudanças culturais se operaram com a penetração implacável da colonização. Como propriedade privada, as terras passaram a ter divisas e a produzir para o mercado.

O modo de vida e os valores do colono eram tão fortes que passaram a desestruturar o modo de vida peculiar dos indígenas e caboclos. Ao lado da gradativa integração com o mercado, os colonos cultivavam um profundo sentimento comunitário e religioso, pois isso era quase uma condição de sobrevivência daquelas famílias, onde a presença do Estado

era muito tênue. Os valores trazidos pela colonização forçavam a população local a adaptar-se ao novo sistema de propriedade e de trabalho ou a ficar excluída daquela sociedade, mas a adaptação significava a desestruturação do seu modo de vida anterior. A progressiva colonização da região foi transformando os antigos moradores em verdadeiros deserdados da terra, com a destruição de suas tradicionais condições de vida e com seus valores culturais.

Ao penetrar nas matas do oeste catarinense, o processo de colonização guiado por uma nova organização produtiva, aos poucos, foi moldando aquelas comunidades coloniais com base em novos valores culturais e modos de vida significativamente diferentes das populações rurais que ali habitavam. Os novos colonos imigrantes passaram a viver a contradição de se integrarem, mesmo que de forma parcial e imperfeita, ao mercado capitalista e a absorverem suas práticas e seus valores, fortalecendo seus laços de religiosidade, solidariedade e convivência social. Tão logo se estabeleceram nas novas terras, com seus costumes, crenças, formas de vida e, especialmente, seu *ethos* do trabalho, os colonos passaram a se constituir como grupo social dominante na região.

A cidade de Chapecó, como produto mais avançado do desenvolvimento capitalista do oeste, parece carregar em seu interior, mesmo que de forma conflitiva e contraditória, toda a herança cultural de seu passado indígena e caboclo, superposta pela forte herança cultural colonial e a progressiva imposição de valores culturais associados à modernização capitalista. Este amálgama de traços culturais tão diversos é que constitui a principal característica cultural desta “cidade colonial”. Ao resgatar parte de sua história cultural, o que restou de mais visível foi o conflito entre os valores associados ao modo de vida colonial e os valores da modernidade capitalista. É claro que este conflito atual não desconhece todo o conflito histórico havido entre as culturas indígena, cabocla, colonial e capitalista.

O modo de vida urbana atual se opõe ao modo de vida e aos valores coloniais. No entanto, o confronto entre a cidade e a colônia não se resolve

de um momento para o outro. O que se pode observar é que os valores típicos do mundo colonial parecem ser tão fortes e marcantes, quase indestrutíveis pelo modo de vida da cidade e do mercado capitalista. Como alguém já afirmou com tanta propriedade, o modo de vida colonial, uma espécie de patrimônio original, está tão enraizado nos valores do trabalho, da parcimônia, da solidariedade e da religiosidade que as forças corrosivas do mercado e os valores da moderna urbanidade não conseguem mudá-lo, embora se considere que a inserção dos colonos no modo de produção capitalista seja sempre uma inserção subordinada. Aquela sociedade colonial estava e de certo modo ainda está organizada, e é regida por um conjunto de valores morais e culturais básicos que demarcam os contornos de sua própria identidade colonial e capitalista.

O ÚLTIMO TROPEIRO

Vinha o gado e as mulas dos Pampas sulinos, dos campos de Viamão e das Vacarias, e mais tarde também dos Sete Povos das Missões. As tropas passavam pelos campos de Lages, de Guarapuava, de Palmas e muitos outros, que antes eram como que ilhas campestres e depois foram sendo envolvidos pelos tropeiros numa imensa rede de inter-relações tecidas ao longo dos chamados “caminhos das tropas”. Este enredamento mercantil durou muitos anos, séculos até. Tudo andava muito devagar nessas paragens, até o começo do século XX, quando a velocidade do trem veio cortar aqueles tempos e atravessar aqueles lugares ermos e isolados. Uma rapidez então desconhecida. O tropeirismo da época tinha lá seu lado bucólico, mas não era propriamente uma atividade pastoril, pois servia a fins comerciais, comprando e vendendo gados e mulas do Sul para o Norte deste imenso país.

O antigo e o moderno se cruzaram na esquina do tempo, nas matas do oeste. Tropear tropas pelas trilhas, atravessando campos e matas era uma atividade primitiva, mercantil. As tropas iam das vacarias do Sul para a paulista Sorocaba e, de lá, para as Minas Gerais. O trem é a modernidade capitalista. É movido pela máquina a vapor, mas é turbinado pelo capital. O capitalismo chegou de trem nessas terras de tropeiros. Os trilhos do trem seguiram as primeiras trilhas abertas pelos tropeiros, que atravessavam o território do oeste catarinense, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, para tropear o gado xucro dos campos gaúchos em direção às feiras de Sorocaba a fim de alimentar os trabalhadores do café de São Paulo e da mineração nas Minas Gerais.

Por quase 200 anos, essas tropas xucas, vindas do Sul, percorriam os sertões catarinenses rumando para as feiras de Sorocaba e, depois, para

as Minas Gerais. Muitos meses duravam essas tropeadas, andando em torno de três léguas por dia, o equivalente a dezoito quilômetros. Primeiro, eram tropas de mulas, que iam servir como bestas de carga nas minas de ouro e prata das gerais. Depois, o gado xucro, para alimentar mineiros e trabalhadores dos cafezais. Muitos caminhos foram se abrindo, alguns deles seguindo os antigos caminhos indígenas, como o Caminho da Praia, que seguia mais ou menos o traçado da BR-101; partindo da Colônia de Sacramento, passava por Montevideu, Chuí, depois Laguna e São Francisco do Sul, lá pelos idos de 1725. Depois, seguia a Estrada dos Conventos, por volta de 1732, vindo do Sul e passando por Araranguá, Laguna e Campos de Lages, também conhecida como a Estrada da Mata, que atravessava o território dos pinhais, onde viviam os temíveis “botocudos”, índios da tribo *Xokleng*, que atacavam as tropas. O mais conhecido desses caminhos, o da Estrada Real, também conhecida como Caminho de Viamão, começava nesta cidade e atravessava os campos das Vacarias, passava por Lages e seguia em direção a Sorocaba.

Otávio dos Reis, que nasceu em Porto Amazonas há mais de cem anos, fez ao menos cinco tropeadas, dos campos do Sul até São Paulo. Partia sempre lá pelos meses de setembro/outubro, época das chuvas e de pasto abundante, para que os animais estivessem à disposição para a venda nos meses de março/abril, quando se iniciavam as feiras daquela cidade paulista. Otávio ficava encantado ao ver todo ano aqueles tropeiros que passavam pelo rancho onde morava. O sonho do menino era tanto que seu pai lhe permitiu acompanhar a tropa com apenas catorze anos. Desde o início, ele ia na frente das tropas, puxando a mula “madrinha”, animal mais dócil, com o “sincero”, um sininho pendurado no pescoço do animal cujo tilintar ia guiando a tropa. Embora a maior parte das mulas fosse levada para o trabalho na mineração, uma porção delas era usada em outras atividades, como puxar os bondes da Companhia de Bondes São Cristóvão, do Rio de Janeiro, que em 1900 empregava mais de dois mil animais no transporte urbano.

Ao longo do caminho, muitas vezes a tropeada chegava a parar por até quinze dias para o descanso de animais e tropeiros. Ao longo do caminho, a alimentação consistia principalmente de paçoca (carne seca com farinha), mas ocorria também de serem convidados a comer nas fazendas de beira de estrada por onde passavam. Ao atravessar territórios indígenas, deviam pagar “pedágio”, caso contrário eram impedidos de passar. O auge do tropeirismo ocorreu entre 1725 e o final do século XVIII, quando a atividade mineradora arrefeceu. Mas a feira de animais de Sorocaba só terminou quase um século depois, em abril de 1897. A última viagem de Otávio ocorreu em 1935.

O tropeiro ia inventando seus caminhos, desviando dos lugares mais difíceis e seguindo sempre a mesma direção. O primeiro caminho das tropas foi aberto no começo do século XVIII, através dos campos de Lages, que desempenhavam papel central nesta fase pecuária da economia catarinense. Sorocaba era o grande centro comercializador de animais entre o Sul e o Sudeste, chegando a reunir, em algumas ocasiões, mais de duzentas mil cabeças. Por muitos anos, os animais eram tropeados do Sul para o Sudeste por este caminho. Tempos depois, abriu-se o segundo caminho das tropas. Por volta de 1810, novas fazendas surgiram nos campos de Guarapuava, e, por volta de 1838, inúmeras outras já haviam se formado nos campos de Palmas. Foi a partir de Palmas e de Guarapuava que fazendeiros, vindos do Norte, avançaram pelas plagas do oeste de Santa Catarina.

Impulsionado pelos ventos da modernidade, foi o caminho das tropas se deslocando cada vez mais para o Oeste, fugindo dos obstáculos. O desbravamento das novas terras do Oeste, além de fazendas para a criação de gado, deu acesso, por tabela, a uma nova fonte de riqueza, numa região onde era abundante a erva-mate nativa, explorada pela população sertaneja, itinerante como as tropas que por ali passavam, formando novos pousos e novas vilas, povoando aquelas terras de gado e de gente, terras de passagem e terras de conquista. Terras de conflitos também, entre caboclos e fazendeiros, entre poderes até — Paraná e Santa Catarina —,

aquele longo conflito que se arrastou por anos nos campos de batalha e nos tribunais.

Foi só no começo do século XIX, com a chegada de Dom João VI, que se intensificou a política de ocupação das novas terras do Oeste, ainda não desbravadas. O tropeirismo teve papel importante na ocupação dessas terras, pois ele deu lugar à implantação de fazendas para criar gado e para estabelecer novos povoados, que vieram somar-se aos povoados indígenas e caboclos já existentes. As fazendas eram a forma mais rápida, barata e segura de ocupação daquele território. Para fixar esses fazendeiros na região, o governo fazia concessões de terras aos seus ocupantes. Essa fase pecuária da formação socioeconômica do oeste de Santa Catarina no entanto, além de promover a ocupação dos campos e uma maior e mais profunda penetração populacional no oeste, pouco contribuiu para a formação das bases econômicas da região, pois nem a agricultura se desenvolveu nessa fase pecuária, nem vingou a indústria das chasqueadas, como tinha acontecido nos campos do Rio Grande do Sul. Em consequência, o ciclo da pecuária teve pouco impacto na acumulação original de capital e o posterior desenvolvimento econômico da região. O papel da pecuária consistiu na conquista do território, por meio do latifúndio, e da expulsão da população indígena que ali vivia.

Por volta de 1870, o ciclo das tropas começou a entrar em declínio, provocando a dispersão das famílias fazendeiras e a fragmentação de grandes áreas, através das heranças e partilhas das terras. Grande parte da população cabocla se originou dessa dispersão das fazendas, que passou a ocupar as matas, onde era abundante a erva-mate. Posteriormente, em meados do século XX, essas terras vieram a ser ocupadas pelas levas de colonos alemães e italianos, vindos do Sul, que foram empurrando a população cabocla para o fundo das matas.

Porém, o declínio do tropeirismo foi acelerado por outro meio de transporte que chegou à região no início do século XX: o trem. Com a expansão das novas vias de transporte, as tropeadas e os tropeiros gradualmente

desapareceram. O trem alterou a percepção de espaço e tempo naquelas áreas de campos e matas. Infelizmente, o último tropeiro encontrou seu fim sob as rodas do trem.

A CIDADE INVISÍVEL

Quando visitei Itá, em 2013, ela era aparentemente uma pequena cidade como tantas outras da região. Não conhecia sua história. De início, nada me chamou a atenção. Uma avenida principal, bastante arborizada, bonitas casas de alvenaria, um estilo quase padronizado. Lojas comerciais. Carros circulando. Ciclistas. Gente andando pelas calçadas. Uma pequena cidade bastante planejada, me pareceu. Nada me chamou particularmente a atenção, a não ser as duas torres de uma igreja emergindo das águas do grande lago que margeia a cidade.

Como nada conhecia daquele lugar, procurei me informar para conhecer sua história. Uma cidade simples e pequena como seu nome. Itá. Pedra. Encravada na barranca do Rio Uruguai. Uma cidade inserida no processo de colonização do oeste catarinense. Consta que, em 1919, a colonizadora Luce Rosa & Cia, com sede em Porto Alegre, como tantas outras do gênero, ali se instalou para dar início ao processo de colonização daquelas terras. Fundada em 7 de janeiro desse mesmo ano de 1919, Itá só veio a emancipar-se em 1956. A colonização era um empreendimento capitalista promovido pelo governo brasileiro para ocupar as terras e levar o progresso para a região. Foi nesse processo de desenvolvimento regional que a cidade se inseriu. Suas raízes estão embebidas do espírito do capitalismo.

O segundo choque de desenvolvimento veio em meados de 1967, quando a população da cidade foi acordada pelo barulho de um helicóptero que sobrevoava o Rio Uruguai e o pequeno povoado. O helicóptero pousou nas proximidades da olaria de João Martini. A população ficou ainda mais assustada quando soube do motivo daquela súbita aparição. Tratava-se de avaliar o potencial das águas do Rio Uruguai, tendo em vista alimentar

uma usina hidroelétrica. Passado o susto inicial, a população se deu conta de que o progresso parecia não ter muita pressa.

A notícia da efetiva construção da usina só veio onze anos depois, em 1978. Outros passos se seguiram. Em 1981, fez-se o lançamento do marco fundamental da nova Itá. O atraso das obras permitiu que ambas as cidades se conhecessem. A antiga cidade colonial e a moderna cidade planejada. Seus contrastes foram se acentuando à medida que a nova ia emergindo do solo e a antiga ia submergindo nas águas da represa. A coexistência das duas cidades acabou em 13 de dezembro de 1996, nada menos que dezenove anos depois da chegada do helicóptero. A nova Itá vive à luz do sol. A antiga, submersa no escuro das águas da represa e na lembrança de seus moradores. As duas torres da igreja foram salvas pela população, que a elas se amarrou com correntes, para impedir sua demolição. Elas emergiam das águas apontando para o alto, para lembrar a cidade invisível e pedir socorro aos céus.

Quando fiquei sabendo da história de Itá, da cidade antiga e da nova, resolvi dar um mergulho naquelas águas para saber como era a cidade submersa. Bastaram alguns metros de profundidade para ver tudo o que eu vi. Quanta surpresa. Nem parecia verdade. Estava ainda tudo ali, intacto. A Rua do Comércio com suas pequenas lojas de tecidos, os pequenos mercados de secos e molhados. Pessoas entrando e saindo, andando pela rua. Tudo parecia estar muito vivo. Seria um devaneio? As casas com janelas e portas abertas. A vizinhança, armazéns, bares, clube, igreja. Jardins ainda floridos. Pessoas fazendo compras nas lojas. Outras andando calmamente pelas ruas e calçadas.

Mas nem tudo estava tão visível. A cidade invisível escondia muito mistério também. Toda a história daqueles que a fizeram. A vida e os sonhos de seus pioneiros fundadores e os que foram chegando depois.

A cidade antiga ficava num vale, onde tudo era perto de tudo. A vida se concentrava em torno de duas ruas. A rua da Independência e a do Comércio. Nesta última ficavam as lojas, os bancos, a estação rodoviária, os

bares, o clube, os correios e até mesmo o sindicato. Impossível reproduzir toda aquela diversidade, que foi se estabelecendo ao longo da história da cidade antiga. É na sua diversidade própria que uma cidade é percebida. Todo o espaço social é formado pela proximidade, que oferece, entre residência, trabalho, comércio, bares, igreja e serviços. Impossível reproduzir tudo isso no novo espaço urbano.

Foi em nome do progresso que os habitantes de Itá se viram forçados a mudar-se de suas casas para um novo lugar, com nova estrutura e novas relações. Laços partidos. Submersos. Com a notícia do alagamento de toda a cidade antiga, um sentimento de perda irreparável tomou conta da cidade, momentos de angústia e incerteza e até as esperanças foram engolidas pelas águas. Lugares vividos, significados e sentimentos de perda, bens materiais, sociabilidades e símbolos. Ainda hoje, depois de tantos anos, a memória não se apaga. Os moradores da antiga cidade têm verdadeira reverência aos lugares antigos submersos, que ficaram apenas na sua memória, os espaços comunitários, as famílias, as ruas e praças, os lugares por onde as pessoas passavam, o lembrar e o esquecer, zonas de silêncio, luzes e sombras. Toda a rede de relações sociais. Parentes, amigos, vizinhos, a vida da vizinhança, a memória da casa, da rua, da praça, do bar, do armazém, da igreja, o velho quintal, as coisas que ficaram na memória e nas práticas antigas, as árvores frutíferas, jardins, hortas e toda uma história de interação e construção dos espaços naturais. Tudo isso se perdeu. Um sentimento de perda irreparável.

A notícia da nova usina, a princípio, não espantou. Os sinais de progresso pareciam mais visíveis. Eles se impunham por si mesmos. Quem poderia ser contra o progresso? E vinha com muita força e prepotência. Um projeto grandioso e irreversível, contra o qual nada se podia fazer. Representantes da Igreja Católica e do Movimento dos Atingidos por Barragens ofereceram alguma resistência, não a maior, que esta não veio dos vivos e sim dos mortos. Eles que há tanto tempo descansavam em paz. A mudança do lugar dos mortos, ao contrário do que se poderia esperar, foi

muito difícil e até traumática. Uma conclusão se impunha, a de que o progresso não afeta apenas a vida dos vivos, mas também a vida dos mortos. Ele parecia seguir um curso inexorável. Os moradores se viam impotentes. Estavam diante de um poder mais forte do que suas forças. Uma atitude fatalista começou a se impor. A represa e a usina passaram a fazer parte do imaginário social como a força do progresso irreversível que chegava a Itá, cidade da pedra.

O abalo maior veio quando se tornou visível a outra face do progresso: o alagamento da cidade. Momentos de angústia pelo alto preço cobrado pelo progresso. As perdas físicas e econômicas não se mostravam tão visíveis. Muito menos as perdas sociais, os laços afetivos, as identidades e as vivências de tantos anos. Estas só seriam sentidas quando já estivessem submergidas no fundo das águas do lago. Espaço vivido e socializado.

A nova Itá trouxe ganhos e perdas. Os arquitetos que planejaram a nova cidade se esforçaram para reproduzir o estilo arquitetônico dos pioneiros, mesclado de antigo e moderno, mas acabou por se estabelecer um estilo padrão para todos, negando todas as características que a antiga cidade possuía. Uma cidade construída de forma espontânea nunca poderá ser reproduzida com todas as transformações que sofreu ao longo do tempo e todas as suas peculiaridades e diferenças. Apesar dos ganhos materiais de uma casa nova, toda de alvenaria, perdura a sensação de que as perdas sociais e simbólicas foram muito maiores. A começar pela forma alongada da nova cidade, que torna tudo distante de tudo. Uma cidade se caracteriza pela diversidade de estilos e usos do espaço construído, que vai se desenvolvendo aos poucos sem grande planejamento. A comparação e o confronto são inevitáveis. A cidade nova nada conservou da antiga. Na verdade, trocou-se um espaço construído por um projeto de desenvolvimento.

Agora, Itá submersa faz companhia a tantas outras, que jazem no fundo das águas. Itá não foi a primeira. Certamente não será a última. Quem não lembra da lendária Atlântida? Vítimas de desastres naturais ou vítimas do progresso humano. Que diferença faz? Pompeia. Vilarinho

de Furnas. St. Thomas e outras cidades submersas do Lake Mead. Potosi. Campanile de Curon. Petrolândia, submersa nas águas do São Francisco. As cidades submersas escondem muitos mistérios. Cidades invisíveis. Cidades imaginárias. Elas têm sua própria vida. Uma vida diferente.

A SOMBRA DOS CORONÉIS

A sombra dos coronéis era como se fosse uma mancha da cidadania. Era o poder do arbítrio que se perpetuava ao longo do tempo, contrastando com o progresso material da colônia e da cidade. O progresso era bem visível, no entanto o poder dos coronéis parecia atuar em sentido contrário. A sombra deles permeava todas as coisas. Estava sempre presente em todos os lugares. Costumava agir na surdina e silenciosamente, através do medo e de ameaças veladas, mas se fosse preciso não hesitava em mostrar sua verdadeira face. Era como uma praga daninha que havia infestado o solo e se tornado difícil de extirpar. Difícil mesmo, porque não havia infestado apenas o solo e o ar, mas, o que era muito mais grave, também as mentes das pessoas. E mudar a mentalidade é mais difícil do que arrancar uma erva daninha. Aquela sombra era contínua e permanente, contudo teve dois episódios em que mostrou sua verdadeira face e o braço de seu poder se fez sentir com todo o seu peso.

Começo pelo episódio mais recente, por ser amplamente conhecido. Trata-se do caso da morte do vereador Marcelino Chiarello. Ele estava em seu segundo mandato e seu rosto já se tornara bastante familiar na cidade. Sua luta política e social também. As causas populares que defendia, o combate à corrupção infiltrada na administração pública, os mandos e desmandos das autoridades municipais começavam a incomodar as elites locais, que já davam sinais claros de não mais tolerarem ver seus interesses questionados com tanta ênfase. A reação inicial das elites locais não contestava diretamente as ações do vereador, mas sim seus efeitos sobre o tão elogiado desenvolvimento de Chapecó. As ações do vereador eram apresentadas como se um entrave fossem ao referido progresso da cidade. Ele não desconhecia o poder das elites e sua forma de atuação, mas não

se intimidava. Parecia sentir-se protegido pela base social de suas lutas e pelas justas causas que defendia.

Nos dias que antecederam sua morte, já parecia temer as ameaças, cada vez mais frequentes e fortes, bem como pressentir o perigo que se avizinhava. Nos seus últimos dias de vida, seu comportamento apresentava sinais claros de perturbação, como se pressentisse que algo de grave poderia lhe acontecer. Uma sombra carregada e ameaçadora pairava no ar. A tensão era crescente. Enfrentar as elites locais era sempre uma tarefa difícil e perigosa. A gravidade da situação era tão evidente que ele passou a temer por sua vida e pela de sua família. Sentindo-se como que encurralado, havia mesmo manifestado a amigos sua intenção de renunciar a seu mandato de vereador. Seria uma saída estratégica temporária, não o abandono de suas causas e de suas lutas.

Mas não deu tempo. O desfecho veio antes da hora. A morte trágica de Marcelino abalou a sociedade chapecoense e tornou-se um dos acontecimentos mais emblemáticos da história política recente da cidade. Parecia ter sido uma morte anunciada. Um novo crime político, como tantos outros acontecidos na conflituosa história do Oeste? Aquela morte poderia ter muitas explicações, mas a última coisa que poderia ter acontecido era um suicídio. Não havia um único sinal, nem qualquer justificativa para uma atitude como aquela. O andamento do processo viria mostrar o envolvimento de gente poderosa na cidade e na capital. A tortuosa apuração dos fatos só confirmou aquilo que muitos já pressentiam. A sombra dos coronéis fazia sentir todo o peso de seu arbítrio sobre aquela cidade.

O corpo de Marcelino foi encontrado suspenso por uma alça de mochila na grade de ferro de seu próprio quarto, em sua casa, no começo da tarde do dia 28 de novembro de 2011. Ele havia chegado em casa no final da manhã daquela segunda-feira, contrariando sua rotina habitual. Pouco tempo antes recebera uma ligação no celular que o fizera interromper a aula, sair da sala e atender no corredor. Sua colega no colégio estranhou esse comportamento nada usual. Não era seu costume interromper a aula

para atender o celular. Algo de grave estava acontecendo. Ele nunca havia feito isso antes. Quem teria lhe ligado? Qual o teor da conversa? Por que, após a ligação, teria ele abandonado às pressas o colégio e ido para casa, para se encontrar com a morte? Ao chegar em casa, teria entrado sozinho ou acompanhado? Por que, em seguida, teria mandado que o filho fosse imediatamente para a casa da avó? Pouco tempo depois, quando seus familiares entraram em casa, viram o corpo de Marcelino inerte, ainda quente, pendurado pelo pescoço à grade da janela. De imediato perceberam que a cena havia sido modificada, numa tentativa amadora de disfarçar a natureza do próprio crime. Manchas de sangue na face, no chão, na calça *jeans* e na camisa do morto não eram compatíveis com a tese de suicídio por enforcamento.

O parecer do médico legista, o único que examinou o cadáver, não deixava dúvidas. Marcelino havia sido assassinado. Não bastasse seu testemunho, as pressões que ele sofreu para que modificasse o teor de seu laudo também reforçam a tese do assassinato. Este laudo é o que há de mais isento e imparcial sobre aquele crime. Acrescente-se que o médico legista não era nenhum simpatizante do vereador. Seu laudo está amparado em provas irrefutáveis. As manchas de sangue no assoalho, na face e nas roupas do morto, o traumatismo craniano e a fratura do nariz, nada disso parece compatível com a tese do suicídio. O laudo pericial é reforçado por outras circunstâncias, como a defesa enfática que o próprio médico legista fez perante os sete procuradores do Estado que o entrevistaram, tempos depois; o medo das ameaças que Marcelino vinha demonstrando; o comportamento atípico dos dias anteriores à sua morte; a intenção de renunciar ao seu mandato; a convicção de muitos delegados que acompanhavam as apurações; o novo laudo forjado para lançar dúvidas sobre a causa da morte e, por fim, o novo laudo do perito da Universidade de São Paulo, contratado pela família, que reforçou a versão do primeiro laudo.

Outras coisas estranhas aconteceram entre 25 e 27 de novembro de 2011, os dias que antecederam a morte de Marcelino: as ameaças concretas

relacionadas a novas denúncias de corrupção que havia prometido apresentar; o arrombamento da sede da Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina; o fato de uma viatura do presídio regional ter passado várias vezes em frente à casa do vereador na manhã do crime; a informação de que, na madrugada do dia 28, dois presos teriam saído do presídio e só retornado no final do dia, sem quaisquer registros de saída e entrada; com quem Marcelino conversou ao celular naquela manhã; por que ele saiu às pressas do colégio; por que o celular foi manipulado por várias pessoas no dia do crime e só chegou às mãos do delegado responsável pelas investigações no dia seguinte; por que toda a memória do aparelho foi apagada, após ter ficado desligado por mais de trinta dias, quando devia ter sido protegido desde os primeiros instantes; por que a Central de Registros Telefônicos da Câmara de Vereadores, a qual poderia ter gravado falas do vereador, ficou misteriosamente desligada para manutenção entre 25 e 28 de novembro? Este conjunto de questões reforça a lista inesgotável de falhas, lacunas e coincidências que envolvem este crime.

Mais um fato grave não pode ser omitido: trata-se da morte misteriosa, disfarçada de acidente de carro, de Gerson Gasperin, que ingenuamente falava saber quem havia matado Marcelino. Todas essas dúvidas, somadas à morosidade da investigação policial, continuam a intrigar todos aqueles que desejam conhecer a verdade sobre a morte do vereador, até os dias atuais.

A tese oficial de suicídio foi se afirmando, especialmente com o novo parecer de outro médico legista, emitido apenas com base nas fotos tiradas no local do crime, sem o reexame do corpo. É curioso, também, que o novo laudo, de apenas quatro páginas, tenha sido elaborado em 26 de janeiro de 2012 e a ordem para sua elaboração esteja datada de 30 de janeiro do mesmo ano — isto é, o laudo já estava pronto quando se autorizou sua elaboração. Nessas circunstâncias, seu teor não traz surpresa alguma. Ele fora encomendado, se não para provar a tese do suicídio, ao menos para lançar dúvidas sobre a tese do homicídio. O que ele veio demonstrar foi,

sobretudo, a presença de forças políticas atuando a partir da capital do estado. Uma sintonia fina entre as posições defendidas na cidade do crime e as da capital. Forças políticas poderosas atuavam nos bastidores para encobrir a verdade. A sombra do poder dos coronéis se fazia presente com toda a força de sua verdadeira face.

Talvez, um pouco mais de luz possa dissipar as sombras que ofuscam este mistério quando for trazido à tona um outro episódio trágico acontecido nesta mesma cidade, cerca de sessenta anos atrás. Trata-se do linchamento, que ainda povoa a memória e o inconsciente coletivo de Chapecó. Vamos aos fatos.

A história de 2011 tinha antecedentes muito semelhantes, embora um tanto distantes no tempo daquele crime acontecido em 1950. Forças poderosas pareciam dominar o rumo dos fatos e das versões. Tudo era mais ou menos previsível. Sabia-se o que iria acontecer, mas a tragédia parecia inevitável. Tanto em 2011 como em 1950, amigos, partidários e parentes sentiam-se incapazes de conter o rumo dos acontecimentos e apurar a veracidade dos fatos. Um sentimento de culpa tomava conta de todos por terem se sentido impotentes diante das tragédias previsíveis, que pairavam no ar sob a sombra dos coronéis. Impotentes também na apuração da verdade. A mão dos coronéis era pesada e implacável. Sua sombra amedrontava. Isso não era coisa nova. Vinha da própria formação política regional, de forte conotação coronelista e oligárquica. A cultura política estava no sangue de dominantes e dominados. A política local sempre esteve nas mãos dos coronéis. Desde os primeiros tempos da conquista do território, fazendeiros de estância, chefes políticos ou donos de empresas colonizadoras exerciam uma forte dominação política através de um acentuado mandonismo, uma expressão local do tradicional coronelismo brasileiro.

A exemplo da morte de Marcelino, o linchamento de 1950 foi como um dia de fúria selvagem que varreu aquele território. Mas não foi um acontecimento estranho àquela sociedade marcada por uma história de

violências. O banditismo imperava pelos vilarejos e nas estradas, onde as pessoas andavam armadas e qualquer desavença poderia terminar em briga e morte. A fama de território violento remontava aos tempos da colonização. A violência era uma das características que marcavam a história dessa região. Não faltavam conflitos, como o de fronteira, os conflitos políticos e mesmo étnicos, que alimentavam o imaginário social daquela população. Desde sua origem e formação, essa sociedade era profundamente conservadora e violenta, dominada pelas práticas coronelistas de controle e submissão.

Um tal contexto torna menos estranho e ajuda a entender aquele crime bárbaro, que se encaixava perfeitamente como uma peça no tabuleiro social da época. O linchamento aconteceu na noite de 17 para 18 de outubro de 1950, na cidade de Chapecó, quando cerca de oitenta pessoas invadiram a cadeia municipal e assassinaram quatro presos dentro de suas celas, os arrastaram para o lado de fora e os queimaram em praça pública. Eles eram suspeitos de terem incendiado a igreja da cidade. Entre um fato e o outro, apenas treze dias haviam transcorrido. Os acontecimentos se desenrolaram rapidamente. O incêndio da igreja ocorrera no dia 4 de outubro. No dia anterior, haviam acontecido as eleições municipais, que deram vitória às forças políticas da oposição. Naquela época, os incêndios eram muito comuns na cidade, de modo que mais um, menos um, nem fazia tanta diferença. Em 1948, houve o incêndio do Hospital Santo Antônio. Na madrugada da Quarta-Feira de Cinzas de 1950, foi a vez do Clube Recreativo, cuja autoria atribuiu-se a seu ecônomo, Orlando Lima, vinculado à oposição política.

Mas o incêndio da igreja não era como os outros. Ele simbolizava muito mais: uma agressão aos valores religiosos que sustentavam aquela sociedade. Embora não se saiba a origem precisa do sinistro, ele foi imediatamente associado à oposição política, que havia vencido as eleições municipais daquele ano de 1950. O referido incêndio pode ter se originado de velas, frequentemente acesas dentro da igreja, ou mesmo de alguma

fogueira que mendigos costumavam fazer para se aquecer de noite, nos arredores do local. Mas o sermão do padre vigário, no dia seguinte ao do incêndio, funcionou como que um novo combustível naquela fogueira. Os malfeitores que puseram fogo na igreja mereciam um justo castigo. Deviam também ser queimados. A voz do padre tinha uma força enorme. Ele era uma autoridade, quase mais importante que o delegado, o prefeito e o juiz da cidade. Mais poderosa que o próprio coronel. Tinha força de lei. Ao pregar a vingança, o padre envenenou o povo e incendiou seu fanatismo religioso.

Quem seriam os culpados?

Num ambiente de mudança social e política, gente nova e diferente começava a circular pela cidade, mas os forasteiros não passavam despercebidos, eram vigiados e vistos com desconfiança. Os olhos do delegado seguiam todos os passos dessas pessoas estranhas, as quais podiam significar uma ameaça à ordem pública local. A ideologia do trabalho estava atenta e vigilante contra indivíduos ociosos que andavam pelas cercanias. A suspeita recaiu imediatamente sobre dois forasteiros desocupados: Romano Ruani e Ivo de Oliveira, os quais perambulavam pelas redondezas havia algum tempo. Eles se hospedavam no mesmo hotel onde também se hospedava Orlando Lima, ecônomo do Clube Recreativo, local que sofrera incêndio tempos antes. Romano e Ivo foram os primeiros a serem chamados pelo delegado para averiguação. Presos e submetidos a atos de tortura, ambos confessaram terem incendiado a igreja e acusaram Orlando Lima de ser o mentor intelectual do incêndio. Era tudo o que o delegado precisava para se vingar de Orlando, que teria se negado a lhe pagar propina quando do incêndio do clube. Lima também foi preso. Seu irmão, Armando, que morava em Erechim, ao saber da prisão, viajou imediatamente a Chapecó para tentar libertar seu irmão. No entanto, ao chegar à cidade, também foi preso, por suposta cumplicidade com os acontecimentos.

Enquanto isso, a população continuava assustada e temerosa do que poderia vir a acontecer. Criou-se um clima de hostilidade contra os

presos e de pressão social para que pessoas indecisas participassem do movimento de vingança. Corriam pela cidade abaixo-assinados pedindo punição contra os criminosos que haviam incendiado a igreja. Toda essa agitação era de pleno conhecimento do delegado e das demais autoridades, inclusive as da capital do estado. Não foram poucas as advertências feitas pelo advogado dos presos, alertando para os riscos de vida que corriam seus clientes.

As reuniões das pessoas mais exaltadas se sucediam, uma após da outra, em diversos lugares. Organizou-se um intenso trabalho de aliciamento e preparação do ato final de vingança. O último encontro dos vingadores antes da chacina se deu no pavilhão da igreja incendiada. Uma multidão exaltada — muitos deles embriagados, armados com revólveres, paus, pedras, facões e foices — investiu contra a cadeia e trucidou os presos. Depois, arrastou-os para fora das celas e colocou fogo nos seus cadáveres. Eram cerca de oitenta pessoas, que cercavam os corpos mutilados, em chamas, festejando sua morte numa espécie de ritual macabro. A força pública tanto se omitiu como se viu impotente para conter aquela multidão enfurecida.

O crime teve enorme repercussão local, nacional e internacional, como noticiaram jornais brasileiros, belgas e franceses. A revista *O Cruzeiro*, de 11 de novembro de 1950, reportou o “bárbaro acontecimento”, que projetou Chapecó como uma cidade violenta. O impacto do linchamento dos quatro presos, que marcou profundamente a história do município, foi tão forte que abalou suas bases sociais, a tal ponto que durante muitos anos o episódio sequer podia ser comentado na região. As pessoas estavam receosas e se sentiam ameaçadas.

Dias tensos se seguiram ao linchamento. Muitos tiveram que se esconder ou se retirar da cidade por temor de vingança e perseguição política. O padre, que “pusera fogo na fogueira”, sumiu misteriosamente. O delegado de polícia, pertencente aos quadros do partido conservador, não tomou as imediatas e devidas providências para apurar os fatos tais

como haviam ocorrido. O juiz sabia de tudo e se omitiu, por medo de acabar preso com os demais. O Poder Judiciário não conseguia manter a devida independência. A cidade ficou paralisada, acabaram as festas e os bailes. Fecharam-se os cinemas. O linchamento foi a expressão máxima da violência reinante na cidade. Até o projeto de colonização estagnou. As atividades econômicas pararam.

Pelo que se soube de verdade, havia indicações de que Ruani e Oliveira seriam os autores do incêndio e eles declararam que os irmãos Lima realmente eram inocentes. O julgamento dos autores do crime foi sobretudo político. A comunidade chapecoense uniu-se na defesa de seus valores. Por isso, o processo teve que ser transferido para a comarca de Porto União, sendo realizado em 12 de setembro de 1952, quase dois anos depois do acontecimento. O julgamento de 71 pessoas resultou na indicição de aproximadamente 40. O delegado, o primeiro a ser preso, recebeu sentença de 24 anos de prisão, mas tão logo seu partido voltou ao poder municipal, um novo júri foi montado, inocentando-o por unanimidade. A imprensa local, controlada pelo poder político dos coronéis, noticiou sob medida o ocorrido. As edições do jornal *A Voz de Chapecó* referentes aos dias do linchamento sumiram da biblioteca da cidade. Não bastava manipular os fatos. A memória também precisava ser apagada. Uma forma ainda mais violenta de autoritarismo. Com o Linchamento, foram eliminadas as pessoas que representavam uma ameaça à ordem estabelecida.

Como entender e explicar acontecimentos tão trágicos como esses, ocorridos na mesma cidade, mesmo que distanciados por mais de cinquenta anos no tempo? Antes, uma pequena e pacata cidade do interior e, agora, uma grande e moderna metrópole regional.

Tais crimes só podem ser compreendidos no contexto da própria história e da formação social, bem como dos mecanismos de poder subjacentes aos fatos, visto que os personagens desses crimes estão inseridos na dinâmica das relações sociais e de poder. Eles escondem uma situação política bem mais complexa do que a que aparece à primeira vista, pois

levam a marca das relações do poder local e, de alguma forma, expressam as consequências do coronelismo imperante na região.

Chapécó, apesar de seu desenvolvimento urbano, manteve suas características rurais, com o predomínio de famílias tradicionais, oriundas de colonizadores e madeireiros que davam proteção política aos amigos e perseguiam os inimigos. As formas de dominação, que se baseavam no velho coronelismo rural, assumiram formas mais sofisticadas no novo coronelismo urbano. E os colonos, mesmo na condição de pequenos proprietários rurais, dedicados a uma economia de subsistência, estavam inseridos na lógica capitalista e na estrutura política dominante das empresas colonizadoras e das madeireiras. A Igreja, em sua organização hierárquica e nas suas ações, estava integrada à estrutura de poder local e alinhada à elite, defensora de posições conservadoras. A vida social girava ao redor da religião.

Para se ter uma ideia do conservadorismo e do preconceito reinantes na sociedade, basta lembrar que os estatutos do Clube Recreativo Chapecoense proibiam a entrada de negros, em 1950, seis décadas depois da abolição da escravidão. Na verdade, tanto os linchadores de 1950 como os responsáveis pela morte do vereador não estavam praticando uma ação individual, mas um ato coletivo. Para os primeiros, supostamente em defesa da identidade de uma comunidade e de seus valores básicos, como o *ethos* do trabalho, a vida de lutas e de sacrifício dos colonos, os quais teriam sido violados; já os matadores do vereador teriam agido em defesa de seus interesses indefensáveis, que consideravam a ação política e social uma ameaça.

O que muda são mais as aparências do que a própria realidade. É bem verdade que o Linchamento aconteceu numa pequena e pacata comunidade rural de Chapécó, onde quase todos se conheciam, num momento em que o lugar começava a dar sinais de mudança nas suas bases políticas. No caso da morte de Marcelino, a cidade é outra, uma moderna metrópole do interior, com suas largas avenidas; em lugar da pequena igreja, uma bela

catedral de alvenaria; lojas de grife nas butiques da avenida central, mas a natureza dos dois crimes e o tratamento que as elites políticas deram a eles são muito parecidos.

As semelhanças não param por aí. A postura das autoridades na apuração dos fatos e na condução do processo não deixa dúvidas. Crimes como esses estão sempre sujeitos a manipulações. Não se caracterizou a chacina como linchamento público porque poucas pessoas foram efetivamente relacionadas ao crime, mas o ato também não foi considerado como livre manifestação popular, por haver indícios de organização e premeditação dos fatos.

O coronelismo estava enraizado na estrutura social e política do velho oeste catarinense. Embora tenha chegado tardiamente, na segunda metade do século XIX, se adaptou muito bem àquela sociedade em formação, assumindo características específicas. A primeira forma desse sistema foi a dos antigos coronéis rurais, que dominaram a política regional, pelo menos, até o fim da Guerra do Contestado, em 1916, e o início da colonização, na década de 1920. Havia inclusive uma divisão do trabalho: a patente de coronel cabia a fazendeiros, o posto de oficial aos capatazes das fazendas, e os de soldados eram entregues a agregados, peões e capangas. Naqueles primeiros tempos, coronéis fazendeiros, remanescentes dos antigos tropeiros, junto com seus peões, formavam os batalhões da Guarda Nacional, concentrando o poder, ditando ordens, influenciando a política e decidindo as eleições regionais. Naquele sistema, o coronel era tudo: governante, juiz, delegado e legislador.

Depois, com a colonização, veio o novo coronelismo urbano. Propôs-se a mudar para nada mudar. Efetivamente, parece terem mudado os personagens e a forma de dominação política, mas a natureza do poder permaneceu inalterada. Os novos coronéis exerciam domínio por meio de compromissos com o poder político estadual e relações clientelistas com os colonos imigrantes, que dependiam dos favores dos colonizadores, legitimando a própria coação política que sofriam dos mesmos coronéis.

Numa época em que a presença e a proteção efetiva do Estado eram insignificantes ou inexistentes, a população ficava à mercê dos favores dos coronéis.

No linchamento de 1950, ocorreu a primeira mudança no poder das forças agrárias, que eram representadas pelo PSD do coronel Bertaso. Essa mudança se deu em favor das novas forças associadas ao PTB, que não mais priorizavam os interesses agrários e madeireiros, mas sim as atividades urbano-industriais e profissionais liberais. O assassinato de Marcelino expressa a força do novo coronelismo, com métodos mais sofisticados, capazes de confrontar as novas forças políticas representadas pelo PT, que chegara a governar o município e tinha um grande poder de mobilização social. Nesse novo cenário, a atuação do vereador incomodava interesses muito concretos das novas e velhas elites dominantes. Em 1950, o Linchamento se deu em praça pública, a céu aberto, sob os olhares vingativos da população e a conivência das autoridades imediatas, que se sentiam respaldadas para praticar justiça com as próprias mãos. Em 2011, foram usados métodos mais sofisticados para não deixarem marcas da ação criminosa. Os autores desse crime agiram na certeza de contar com o respaldo das forças do novo e poderoso coronelismo. A sombra dos coronéis acoberta a impunidade.

UMA VIAGEM ÉPICA

Uma grande aventura foi aquela viagem. Um símbolo. Um compromisso cívico. Começou no litoral e chegou às terras do Oeste, passando pela descida da encosta do Rio Uruguai, no local chamado Passo Bormann, o berço da moderna Chapecó. Depois, foi descendo as perigosas corredeiras do rio, até reencontrar o caminho por terra, que levaria a comitiva presidencial à fronteira com a Argentina. Os limites daquele território já estavam traçados e reconhecidos. Primeiro com a Argentina, em 1895, depois com o Paraná, em 1916, assim que terminou a Guerra do Contestado. Mas aquele imenso território do Oeste sentia um vazio de governo. Depois da ocupação legalizada pelos acordos jurídicos, faltava ainda a ocupação política do território. Era preciso reconhecer sua realidade e sua verdadeira dimensão, levar os serviços básicos da modernidade, abertura de estradas, escolas, agência postal e até a última novidade das comunicações: a implantação do telégrafo.

Foi uma viagem épica aquela realizada pelo presidente do estado de Santa Catarina. Não acontecia todo dia nem em qualquer lugar. Nenhum presidente da província tinha ficado tanto tempo afastado da capital. A viagem aconteceu entre 17 de abril e 18 de maio do ano de 1929. Durou nada menos do que 31 dias e 31 noites, mais dezessete horas e vinte minutos. Acompanhava o presidente uma grande comitiva de mais de vinte membros, todos de alta posição. Preenchiam os mais elevados cargos e as mais diversas funções. Chefe de polícia, historiadores, agrimensores, consultor jurídico e até deputado. Todo esse pessoal partiu do litoral e foi até a fronteira com a Argentina. Uma verdadeira marcha para o Oeste. Uma nova bandeira de bandeirantes. Registre-se, também, a presença de três importantes observadores, que deixaram relatos minuciosos sobre

aquela viagem memorável do presidente do estado: Othon Gama d’Eça, jurista, escritor e juiz de Direito, um verdadeiro cronista de viagem, mais os olhares atentos de Artur Ferreira da Costa e José Arthur Boiteux.

Todos os meios de transporte disponíveis foram utilizados: automóvel, lanchas, trem e até mula de carga. Foi genial aquela ideia, uma espécie de tomada de posse de um espaço ainda desconhecido do poder público, que deixou marcas profundas nos sentimentos e na imaginação popular da região. Tratava-se de fazer o reconhecimento e ocupação política daquelas terras. Era preciso afirmar politicamente os limites com a Argentina, há bastante tempo já reconhecidos por longas negociações, e com o Paraná, após a longa Guerra do Contestado.

Aquela terra, recém “conquistada”, mas ainda região “inculta e desconhecida”, “terra de barbárie”, carecia da disciplina da lei e da ordem. Precisava converter-se numa “terra do trabalho”. Exercer a soberania e a construção da brasilidade, preencher o “vazio” demográfico e apagar os últimos vestígios dos velhos rancores originados dos muitos conflitos que dominaram o lugar; era preciso levar o “processo civilizador” para o interior, implantar a ordem, o respeito às leis, o fomento econômico e a civilização. Enfim, era preciso transformar aquela região, assolada pelo “banditismo” do bando de Leonel Rocha e outros grupos que reinavam no sertão e exterminavam famílias inteiras, deixando a população muito insegura.

Conta a história que, na verdade, Leonel Rocha parece não ter sido exatamente o que dele se diz que foi. Era um revolucionário da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, que chegou a arregimentar mais de oitocentos homens sob suas ordens e, quando estava refugiado na Argentina, Getúlio Vargas o teria convocado para fortalecer as fileiras da Revolução de 1930. Ele atuou sempre na região de fronteira, especialmente no norte do Rio Grande do Sul, o que lhe facilitava o refúgio, quando perseguido pelas autoridades policiais. Essa questão virou motivo de um encontro realizado durante a histórica viagem entre Vargas e Konder, governadores dos dois

estados sulistas, em Iraí, que visava ratificar um “acordo policial” entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, permitindo à polícia de cada estado perseguir os ditos “bandidos” que se refugiavam no território vizinho.

Era impressionante observar como a população acolhia a comitiva presidencial, sempre recebida com festas e muita esperança. Pela primeira vez, contavam com a presença de uma autoridade na região. Esses povos se sentiam abandonados e desprotegidos. Mas nada ocorria tão espontaneamente como se poderia pensar à primeira vista, pois a chegada da comitiva nas povoações era bem preparada pelas lideranças locais.

Ao chegar à fronteira com a Argentina, na cidade de Dionísio Cerqueira, a comitiva constatou que a cidade estava se desnacionalizando, visto que tudo ali era argentino: os produtos consumidos eram argentinos, as crianças falavam espanhol e frequentavam escolas argentinas. Seus heróis também não eram heróis nacionais brasileiros, mas figuras da história argentina.

À primeira vista, parecia que tudo continuaria como era antes dessa rápida visita da “caravana do progresso”, como foi chamada. Mas não era verdade. As marcas daquela passagem, por mais breve que tenha sido, ficaram gravadas de forma imorredoura naquele solo e naquele povo, ainda tão distante daquilo que se costuma chamar de civilização, como estradas, pontes, escolas, organização administrativa, meios de comunicação e a ordem pública.

Foi uma viagem real, aquela do presidente. Muito mais do que real, foi uma viagem simbólica, fantástica, uma nova bandeira desbravadora, um ritual de conquista e reconquista de um território que já tinha sido reconquistado. Foi o reconhecimento da soberania política sobre uma região ainda desconhecida, uma espécie de ato inaugural de sua incorporação efetiva ao território nacional brasileiro. Uma viagem dos novos bandeirantes da brasilidade.

O ASSALTO AO TREM PAGADOR

A “Cruz do Vacariano” continua lá na entrada do túnel, uma lembrança daquele inusitado assalto, que parece até que nem teria acontecido. Esse evento peculiar ainda é um dos pontos turísticos de Pinheiro Preto. A cruz de ferro foi feita com os próprios trilhos do trem e serve como homenagem aos mortos do primeiro assalto ao trem pagador no Brasil, ocorrido na manhã de 24 de outubro de 1909. Esse não foi um assalto comum, como os que vemos nos centros urbanos modernos. Aconteceu no meio da floresta, no oeste catarinense, e foi inusitado também porque visava um trem que ainda nem existia de fato, mas estava prestes a chegar àquela região. O dinheiro roubado era destinado aos trabalhadores envolvidos na construção da estrada de ferro. O incidente ocorreu próximo à estação de Calmon, no quilômetro 152 da estrada de ferro São Paulo–Rio Grande, que hoje corresponde ao quilômetro 208 do trecho entre União da Vitória e Marcelino Ramos.

A estrada de ferro São Paulo–Rio Grande fazia parte do projeto de 1887 do governo imperial, que visava a integração do território brasileiro, ligando a cidade de Itararé, em São Paulo, à cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O seu traçado perfazia nada menos que 1.403 quilômetros, interligando o interior das províncias de todo o Sul do Brasil com a cidade do Rio de Janeiro. Projetada pelo engenheiro João Teixeira Soares, a nova estrada de ferro permitiria fazer, também, a conexão das malhas ferroviárias do Brasil, Uruguai e Argentina. Por causa de sua dimensão, teve que ser construída por etapas, em diferentes períodos. Os trabalhos de construção iniciaram em 15 de novembro de 1895 e o seu primeiro trecho foi inaugurado em 16 de dezembro de 1899. Em abril de 1904, a ferrovia chegou às margens do Rio Iguaçu, em Santa Catarina.

Aquela epopeia teria atraído nada menos que oito mil trabalhadores vindos de várias partes do Brasil. Muitos deles nunca mais retornaram para suas terras de origem. Ficaram depositados em algum dos muitos cemitérios formados ao longo da ferrovia como testemunhos da violência, da repressão e das mortes de trabalhadores. A estrada foi construída com trabalho braçal, na base do picão e da picareta, a um ritmo alucinante de 516 metros por dia. A inauguração final da obra só ocorreu em 17 de dezembro de 1910. Essa ferrovia representava o novo caminho das tropas, que ligava os campos gaúchos aos mercados paulistas e mineiros, tropeando gado e mulas pelo chão do oeste catarinense, inserindo essa região na economia nacional e nos circuitos econômicos internacionais. O capitalismo ali chegava de trem, pelo antigo caminho das tropas, no início do século XX.

O oeste catarinense era quase uma terra de ninguém. Muitos bandos armados, como o de Zeca Vacariano e o do coronel Fabrício, atuavam na região. Os dois eram militares remanescentes da Revolução Federalista, que haviam se refugiado nas terras do Contestado. Tanto um como o outro eram profundos conhecedores da região, enquanto as forças policiais se mostravam impotentes para reprimir esses grupos armados. Zeca era natural de Vacaria, no Rio Grande do Sul, mas depois da Revolução Federalista, lá pelo ano de 1898, mudou-se para a região do Contestado, acompanhando seu comandante pica-pau, o capitão Manoel Fabrício Vieira. Junto a um grupo de ex-combatentes, apoderou-se de terras no Vale do Rio do Peixe, onde montou residência e um armazém para atender trabalhadores da estrada de ferro.

O trem havia parado na estação de Ponta Grossa. Ali ficou parte do dinheiro para pagar os trabalhadores da obra e a outra parte deveria seguir no lombo de mulas, pois o trecho ainda não estava liberado para a passagem do trem. A comitiva pagadora era formada por representantes da companhia, um engenheiro de obras e alguns seguranças. A emboscada aconteceu na manhã do dia 24 de outubro de 1909, quando a

comitiva passava em frente ao armazém de Zeca Vacariano, que assumira a construção de um trecho da ferrovia. Em 1908, o megaempresário norte-americano Percival Farquhar, que comandava um império de empresas em toda a América do Sul, havia assumido a empreitada de terminar a construção daquela estrada de ferro no trecho que passava pelo oeste catarinense. Para acelerar as obras, Farquhar contratava empreiteiras locais, que ficavam responsáveis por trechos da obra e pelo pagamento dos trabalhadores. Um desses empreiteiros era José Antônio de Oliveira, o Zeca Vacariano. Aconteceu então que, não podendo o Zeca pagar seus trabalhadores, resolveu assaltar o “trem pagador”, ou melhor, a comitiva das mulas pagadoras, quando esta se aproximasse do seu armazém. De armas em punho, Zeca comandou seu grupo de mais de vinte jagunços no assalto. Dois membros da comitiva morreram. Os assaltantes fugiram da caça policial, embrenhando-se nas matas da região. O local ficou conhecido como Pinheiro Preto.

O assalto ao trem, que ainda não havia, ficou esquecido na floresta. Foi apenas no dia 29 de outubro de 1909, cinco dias depois do ocorrido, que o *Diário da Tarde* e o *Diário do Paraná* noticiaram sobre aquele inusitado assalto a um trem pagador em plena mata. Após dias de perseguição, as forças de segurança deram o ato por encerrado. O bando de assaltantes não foi encontrado. Conta-se que buscaram refúgio nas margens do Rio Uruguai, nas proximidades onde hoje fica a cidade de Mondaí. Não parece sem razão o fato de que, em linguagem indígena, “*mondahy*” significa rio de ladrões.

Conta a lenda, também, que o mesmo grupo dispersou-se mais tarde com a passagem da Coluna Prestes pela região. O certo é que Zeca Vacariano nunca foi preso pelo assalto ao trem pagador em Pinheiro Preto. Perseguido pelas forças de segurança do Paraná e de Santa Catarina, após refugiar-se por algum tempo nas matas, fixou-se em terras da beira do Uruguai, dedicando-se à criação de gado, exploração de erva-mate e contrabando de madeiras para a Argentina. Conta-se, ainda, que teve um bom relacio-

namento com os colonos da região, a ponto de tornar-se subdelegado sob o olhar conivente das autoridades. No mesmo ano, Vacariano teria sido localizado nas proximidades da colônia de Porto Feliz, onde não escondia de ninguém que fora o comandante do assalto ao trem pagador. No ano de 1927, já velho e grisalho, teria sido visto pela última vez.

O BISPO E O PROFESSOR

O bispo nasceu em Erechim, em 1921. Quando chegou em Chapecó, em 1968, na fase mais repressiva do regime militar, ele já vinha de um primeiro enfrentamento travado com os fazendeiros de Bagé. Foi ali que começou sua luta social. Parecia ter perdido a batalha inicial da longa e intensa guerra que iria travar nas terras do oeste catarinense. Suas lutas e apoios aos movimentos sociais, em Chapecó, o tornaram conhecido como o “porta-voz da justiça” e o “arquiteto de consciências”. Morreu em 2002, aos 81 anos. Sua memória e suas lutas continuam muito vivas e atuantes no imaginário social da região. Seu nome é Dom José Gomes. Antes, havia trabalhado em Espumoso e Passo Fundo, onde foi membro da Academia de Letras, promoveu a educação e ajudou a criar várias faculdades.

O professor nasceu na cidade de Xaxim, em meados da década de 1950. Filho de pequenos agricultores, após o ensino primário na escola rural, deixou as lidas do campo para continuar seus estudos na cidade. Cursou Direito, fez pós-graduação e tornou-se professor universitário. A origem rural e a formação crítica que tivera influenciaram seu envolvimento com os movimentos sociais no campo.

O bispo e o professor se conheceram pessoalmente no decorrer dos anos 1970 enquanto participavam de uma assembleia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. A atuação de ambos nos movimentos sociais aproximou um do outro, por largo período. Unidos pela mesma causa, defendiam as mesmas ideias. Tornaram-se amigos, até. Longas discussões. O bispo tinha um envolvimento direto com os trabalhadores do campo. O professor apoiava, sobretudo, através de seus textos publicados em jornais e folhetos de circulação interna dos movimentos populares. Não havia espaço nos meios locais de comunicação. Com o

passar do tempo e o aprofundamento das lutas, surgiram as primeiras discordâncias. O bispo se manteve firme em suas posições. O professor abriu divergências, tomando um caminho crítico às posições mais radicais dos movimentos sociais. O que os unia, no entanto, era muito mais amplo e profundo do que aquilo que os separava. Os principais pontos de discórdia eram as questões da autonomia e da doutrinação do movimento. O bispo respeitava. O professor criticava.

Primeiramente, vamos abordar a atuação do bispo. Sua luta social começou em Bagé, no início dos anos 1960. Ele defendia o direito dos trabalhadores organizarem seu sindicato. Os obstáculos não demoraram a aparecer. Primeiro, o dos grandes proprietários rurais e, depois, o da hierarquia da Igreja Católica. Os proprietários defendiam suas terras, muitas improdutivas. Não aceitavam que os trabalhadores organizassem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para defender seus interesses. Não reconheciam esse direito. A tensão e o conflito entre os sem-terra e os fazendeiros se intensificaram. Dom José assumiu a defesa do direito dos trabalhadores em formar seu sindicato. A Igreja ficou do lado dos fazendeiros contra os camponeses e o seu bispo. Sua luta foi bruscamente interrompida: inexplicavelmente, de uma hora para outra, em 1968, Dom José foi transferido para Chapecó. A transferência, uma manobra difícil de explicar, causou estranheza e consternação, dando causa a muitas manifestações e protestos. No entanto, após essa sua primeira derrota, muitas vitórias o esperavam.

No oeste catarinense, sempre se considerou a questão da terra motivo de conquista e de exclusão. Primeiro contra indígenas. Depois, contra os caboclos. Era a colonização. A luta pela terra é parte constitutiva desta formação socioeconômica regional. Sua história está marcada pelas disputas entre os diferentes grupos que nela se estabeleceram e buscaram garantir, através da posse ou da propriedade, sua própria reprodução social, com seus modos de vida, seus valores e suas práticas culturais.

Em Chapecó, Dom José continuou a defender e apoiar os movimentos sociais. As elites locais continuaram a se opor à luta dos despossuídos. Dom José agora pôde contar com o apoio da Igreja, através de suas pastorais sociais, como a da Saúde, a Operária, a da Juventude e especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da qual foi também presidente nacional. Lutou por uma Igreja menos hierarquizada, menos apegada às tradições seculares e mais aberta às causas populares. Ele precisava desse apoio para enfrentar as perseguições e ameaças que vinha sofrendo. Desde o início, os movimentos sociais irromperam em muitas frentes: além do MST, vale citar o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o qual ele mesmo havia ajudado a criar, sendo o seu primeiro presidente. Dom José sempre assumiu a firme defesa dos direitos dos mais pobres e excluídos, quer fossem indígenas, trabalhadores sem-terra ou pequenos agricultores.

Dois pontos eram centrais na posição do bispo: o direito de organização dos trabalhadores e a autonomia de seu movimento. Embora soubesse tratar-se de uma luta, ele vivia preocupado com a violência, de qualquer lado que viesse. Recomendava cautela nas ocupações, temendo a reação dos proprietários e seus métodos violentos. Reconhecia e apoiava o direito dos trabalhadores de lutar pelos seus interesses. “Defendemos o direito que o povo tem de lutar pela terra”, já declarou. Defendia a autonomia do movimento dos trabalhadores. Segundo o religioso, eles é que deviam decidir a forma e os meios de luta. “Eu era contra a invasão”, afirmou certa vez, “mas os trabalhadores são autônomos, não me cabe dar ordens ou censurar suas decisões.” E não dispensava certa ironia: “Eles não pediam nem a minha bênção”, afirmou em tom de brincadeira, antes de uma ocupação. “O método da invasão é novo, mas é deles”, disse, ainda. Reconhecia como legítima a pressão que faziam para que as autoridades reconhecessem os direitos dos trabalhadores a possuírem sua terra para trabalhar.

O “porta-voz da justiça” sofria muitas pressões das elites locais. O governo do estado solicitou sua intermediação nos conflitos mais agudos. Dom José nunca se negou a colaborar, mas deixou claro para as autoridades que “é com o MST que vocês têm que negociar e não comigo”. Demonstrando assim aguda lucidez política e habilidade para incentivar as pessoas a lutarem por seus direitos e pela sua autonomia.

As lutas do bispo se deram no contexto das grandes transformações do oeste catarinense, como foi o avanço agressivo do capitalismo no campo, o novo modelo de produção voltado para a exportação, o surgimento das grandes agroindústrias, a concentração da terra, o êxodo rural, os problemas decorrentes da urbanização e o processo de marginalização dos pequenos agricultores. Sem Dom José, a história seria outra. As elites locais se opunham à atuação do prelado, promovendo campanhas difamatórias e ataques violentos através dos meios de comunicação, rádios, jornais e televisão. Em síntese, responsabilizavam o bispo pelos conflitos. Mas ele sempre soube de qual lado estava. Os mais de trinta anos de lutas sociais nas terras de Chapecó lhe deram repercussão nacional. Seu corpo está enterrado na própria Catedral de Chapecó.

O professor tem uma trajetória parecida e ao mesmo tempo diferente da do bispo. Ele foi um incentivador dos movimentos sociais e, talvez, o principal ideólogo do MST. Da mesma forma que o bispo, sempre defendeu a autonomia do movimento, todavia era contra a doutrinação. Orientar era uma coisa, doutrinar era outra. Todos os meios deveriam ser colocados à disposição dos trabalhadores, defendia o professor, mas eles é que deveriam ser capazes de decidir quando, como e para que fim usá-los. Essa postura lhe permitia um distanciamento crítico sobre os rumos que o MST tomaria no futuro.

Dentre os diversos movimentos sociais, sem dúvida, o MST foi, e possivelmente ainda continua sendo, o mais importante do país, uma das principais forças de contestação das políticas neoliberais. Na sua constituição, o movimento combina religiosidade popular, revolta camponesa e

organização moderna. A curto prazo, luta por uma reforma agrária, sem deixar de sonhar com uma sociedade futura mais igualitária. Como portador potencial de uma nova sociedade, teria o movimento o mesmo papel histórico que o proletariado na teoria marxista? Era a pergunta que se fazia.

No oeste de Santa Catarina, o MST faz parte da luta histórica dos povos ali estabelecidos, indígenas, caboclos e colonos, pela posse ou pela propriedade da terra. A luta pela terra se tornou parte constitutiva da formação socioeconômica regional. A história desta região está marcada pelas disputas entre os diferentes grupos sociais, que tinham na terra sua própria reprodução social, com seus modos de vida, seus valores e suas práticas culturais. O êxodo rural veio muito antes da mecanização da agricultura, nos anos 1960 e 1970. Primeiro foi vivido por indígenas e caboclos. Depois pelos colonos, cujas terras eram insuficientes para acomodar suas grandes famílias. Vieram, também, as transformações econômicas e sociais decorrentes da modernização, nos anos 1980 e 1990, que excluíram um grande número de pequenos agricultores integrados à produção agroindustrial, os quais não conseguiram se modernizar e passaram a ter grandes dificuldades para sobreviver.

O professor acompanhou o MST desde suas origens. Participou do acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 1978, e da ocupação da Fazenda Macali, no município de Sarandi, um ano depois. Tais acontecimentos estiveram na origem da organização do MST no oeste de Santa Catarina. O grande evento ocorreu em maio de 1980, com a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, por mais de trezentas famílias. A área foi desapropriada em novembro do mesmo ano, medida que estimulou novas ocupações de terras. Em dezembro de 1984, realizou-se, em Chapecó, o I Congresso dos Trabalhadores Sem-Terra no Estado de Santa Catarina. Em maio de 1985, mais de 1.600 famílias ocupavam sete áreas em municípios da região. Depois, os sem-terra continuaram a ocupar outras áreas. Atualmente, estão implantados

mais de cem assentamentos rurais e algumas dezenas de acampamentos distribuídos em todo o território catarinense.

Nesses acampamentos, o MST procura substituir a prática tradicional do trabalho individual camponês, fundado na agricultura familiar, por formas coletivas de trabalho, formando cooperativas de produção ou de distribuição com o objetivo de viabilizá-las economicamente, garantir uma vida digna, manter a coesão do grupo e realimentar sua capacidade de organização política. Por isso, criou o Sistema Cooperativista dos Assentados, que se articula em centrais de cooperativas estaduais e mesmo em uma confederação nacional. Além de organizar a produção, a melhoria da qualidade de vida e a permanência dos assentados no campo, tais organizações procuram, também, alimentar a consciência política dos assentados visando à transformação social.

Busca, assim, colocar em prática um ambicioso projeto de educação de base que inclui a formação política, técnica e escolar, a ser implementada através de cursos próprios em parceria com universidades, institutos de ensino e prefeituras, nas escolas vinculadas às redes estaduais e municipais que funcionam em alguns acampamentos e nos assentamentos rurais. As mais de duas mil escolas do MST em todo o país, em acampamentos ou itinerantes, abrigam mais de duzentas mil crianças, jovens e adultos. Nelas, também, cerca de cinquenta mil adultos foram alfabetizados. Outros dois mil alunos estão matriculados em cursos técnicos. Além da luta pela reforma agrária, o MST defende uma agenda ampla de transformações econômicas, políticas e sociais. É neste ponto que se insere a crítica do professor:

— O MST é fruto de uma conjuntura política e econômica especial: as condições repressivas do período autoritário e do ativismo político ligado às ações de mobilização e politização organizadas por setores radicalizados do clero católico, além dos efeitos da vigorosa modernização agrícola. A partir dessas condições iniciais, o movimento tem uma história e uma trajetória fascinantes, que o sustentam por mais de vinte anos como

ator político capaz de influenciar a agenda pública sobre o mundo rural e empreender ações coletivas de grande repercussão, tornando-se ator de referência obrigatória em todos os assuntos ligados à questão agrária brasileira.

O professor reconhece que o MST, particularmente depois que se tornou um movimento nacional, permitiu uma mudança histórica no Brasil em termos de democratização. Chegou mesmo a alterar a correlação de forças no campo. A crítica do professor se refere a sua estrutura interna e ação política não democrática. Vejamos algumas perguntas que coloca: como explicar a contradição entre o aumento do potencial de mobilização do movimento e o estreitamento de sua base social? O que sustenta sua força política e quais são seus mecanismos operacionais de sustentação? Nada disso está claro. Esse movimento não tem mais o poder de representação que tinha.

Para reforçar seu ponto de vista, o professor incluiu no MST outras categorias mais amplas e diversas que os simples trabalhadores sem-terra, como os pequenos produtores rurais empobrecidos; pequenos proprietários de diminutas parcelas de terra, insuficientes para sustentar as famílias; pequenos arrendatários, posseiros e até mesmo assalariados rurais. O bispo não discorda da proposta de ampliar as bases sociais, incluindo as categorias citadas e mesmo outras. Ele pergunta ao professor: “Por que esperar ou pretender que essa adesão deva ser consciente e voluntária, quando se sabe que movimentos sociais não costumam ser espontâneos e sim influenciados por fatores diversos e organizados de acordo com determinadas visões sociais e políticas?” O movimento pela terra tem uma história que foge ao controle de seus dirigentes.

Outra crítica aguda do professor afirma que a organização interna do MST não é democrática e não visa sua própria emancipação. Ao contrário, o movimento se elitizou, concentrou o poder e freou sua própria emancipação social. Os novos tempos democráticos parecem ainda não terem chegado ao MST. Ele simplesmente não é democrático, seus dirigentes não

são eleitos e não prestam contas a ninguém, agem como se vivêssemos em pleno regime militar. Ele nasceu como autêntico movimento social, mas errou quando se desviou das práticas democráticas. Para o MST, a reforma agrária não pode ser realizada em regimes democráticos?

— Sem dúvida — responde o bispo —, não só pode, mas deve travar a luta pela terra dentro de um quadro democrático, mesmo que se tenha que democratizar o próprio movimento. Não vejo contradição entre centralizar o poder e praticar a democracia. Não se pode perder de vista que se trata de uma luta desigual. O poder dos grandes proprietários de terra é muitas vezes superior ao poder do movimento dos trabalhadores. Por isso, os trabalhadores sem-terra, os pequenos agricultores e todos os demais grupos sociais pobres do campo precisam organizar-se e, se necessário, concentrar forças para fazer frente ao poder econômico e político dos latifundiários. O que mais defendo — conclui o bispo — é a autonomia do movimento em fixar seus objetivos e escolher seus métodos de ação. Você pode ser crítico sem se transformar em inimigo dos movimentos populares do campo, como parece ser.

O CAÇADOR DE BORBOLETAS

Fritz Plaumann foi um “caçador de borboletas”, grande cientista, que se dedicou à pesquisa durante os mais de setenta anos que passou embrenhado nas florestas brasileiras.

Visitei Nova Teutônia faz poucos anos, uma típica pequena cidade do oeste catarinense. Fiquei pensando como seria esse lugar quase um século atrás, quando lá chegou Fritz Plaumann. Ali, teria sido possível observar o dia a dia desse homem extraordinário, movimentando-se com desenvoltura na entrada das matas, munido de seu bernal branco à procura de borboletas e de outros insetos para a sua coleção. Hoje, quando se chega ao Museu Fritz Plaumann, a sensação é ainda de se estar chegando a um lugar ermo e solitário. Não é sem motivo. Imagino a sensação de Fritz quando ali chegou em novembro de 1924, vindo da Alemanha com sua família. Foi uma grande aventura na selva sua chegada a terras brasileiras.

Ele foi um grande caçador de borboletas e de milhares de outros insetos. Ao longo de seu período em atividade, catalogou perto de 80 mil exemplares de quase 10 mil espécies diferentes, 19 ordens de espécies, 328 famílias e mais de 2 mil gêneros, entre gafanhotos, bichos-pau, vespas, cigarras, abelhas, louva-a-deus, besouros, lavadeiras, neurópteros e as musas de sua coleção: as borboletas — as diurnas e as noturnas —, com indescritíveis combinações de cores e tons. Nada menos do que 1.500 dessas espécies, antes desconhecidas da ciência, foram descobertas por Plaumann. Em sua homenagem, muitas delas receberam um nome associado ao seu descobridor. Infelizmente, algumas já não existem mais na natureza. Seu trabalho foi reconhecido no mundo inteiro e ele se tornou um renomado cientista mundial.

Fritz Plaumann nasceu em Eylau, na Prússia Oriental, onde hoje é a Lituânia, em 2 de abril de 1902, e morreu em 1994, aos 92 anos. Chegou ao Brasil com seus pais, Friederich e Hulde, em 1924, quando tinha 22 anos e se instalou no distrito de Nova Teutônia, no município de Seara, em terras catarinenses. O navio partiu da Alemanha em 1º de outubro de 1924 e chegou ao Porto de Rio Grande algumas semanas depois. De Rio Grande, a família foi de trem até Santa Maria e, depois, até a cidade de Itá, em Santa Catarina, alternando o uso de carroça e o lombo de mula nos últimos 80 quilômetros até a vila de Nova Teutônia, onde a família fixou residência. Sua mãe morreu em 1924, e seu pai, em 1928.

No início, Fritz trabalhou como agricultor, fotógrafo e comerciante. Depois, foi professor de alemão e português na escola da comunidade local. Fritz casou com a alemã Clarissa Links, em 1954. Eles não tiveram filhos, mas adotaram como filha Gisela Germandorf. Como muitos outros imigrantes da época, Clarissa não resistiu viver muito tempo naquelas condições e, em 1966, decidiu voltar para a Alemanha. Em 1972, Fritz assumiu a tutela da jovem Edeltraud Gomman, que se tornou, depois, sua principal ajudante no preparo dos insetos para a sua classificação e instalação no museu.

Logo após sua chegada ao Brasil, Fritz iniciou seus estudos na região, como escreve em seu diário: “O dia primeiro de janeiro de 1925 foi um dos mais importantes da minha vida. Neste dia foi lançada por mim, metaforicamente, a pedra fundamental para todas as minhas pesquisas aqui no Brasil”.

Aquela era, sem dúvida, uma atitude extremamente ambiciosa, considerando a grandiosidade da obra que estava prestes a iniciar, mesmo diante das condições precárias de pesquisa e do quase completo desconhecimento que tinha da região. Suas pesquisas iniciadas naquele ano de 1925 só terminam com sua morte, em 1994. Foram mais de sete décadas de trabalho intenso e ininterrupto, observando a vida da floresta e selecionando os pequenos animais para enriquecer as galerias do seu museu.

Plaumann, mesmo vivendo grande parte do tempo na floresta caçando insetos, procurou integrar-se à vida da comunidade de Nova Teutônia, participando de seus principais eventos sociais e culturais. Valendo-se dos conhecimentos acumulados ao longo de sua vida, ajudava também as famílias do local em casos de enfermidades. Muitas vezes era chamado para a realização de cerimônias fúnebres. Em 1926, decorridos menos de dois anos de sua chegada, participou da construção de uma escola, da qual se tornou o primeiro professor, conforme ele próprio narra em seu diário: “Domingo, 17/07/1927”. Na assembleia de nossa comunidade fui eleito, com nove votos contra um, para professor da escola particular de Nova Teutônia, para ensinar nas línguas alemã e portuguesa”.

No mesmo diário, narra sua emoção ao terminar aquela gratificante experiência, que durou até 1932: “Porém, no fim, quando acompanhava com o violino o canto dos alunos pela última vez e a despedida, isso não passou sem emoção. Sempre tinha me dado muito bem com os alunos, não havia ninguém que me aborresse de propósito”.

A casa onde o cientista viveu com sua família fica a poucos metros do museu. Ela ainda está lá, intacta, guardando todo o seu acervo pessoal, que inclui desde livros e demais instrumentos de trabalho, microscópio, lupa, manuscritos, cadernos de campo e demais equipamentos para a captura de insetos. Seu trabalho foi extraordinário. Apesar de não ter formação científica, foi um grande cientista. Guiou-se sempre por seu instinto e por sua curiosidade em descobrir a verdade das coisas e do animais. Já nos primeiros anos de atividade, começou a tecer uma rede de intercâmbios com instituições de pesquisa e com os mais renomados cientistas do mundo inteiro. Do interior das matas catarinenses para o mundo. Quase todas as semanas percorria os quarenta quilômetros que ligam Nova Teutônia ao posto de correios da cidade de Itá. Enviava para o exterior as centenas de insetos que possuía na coleção. Ainda, escrevia cartas relatando suas observações e recebia análises e informações de que precisava.

A principal fonte de informações que nos deixou é seu diário, onde transparece a tenacidade de um cientista determinado a buscar seus objetivos e contribuir para o progresso da ciência. Nunca deixa transparecer sinais de cansaço ou de pretender desistir de seus objetivos. A história desse teuto-brasileiro seria igual à de tantos outros imigrantes do Sul do país que trabalharam duro para garantir as condições mínimas de sobrevivência num ambiente inóspito, não fosse ele, Fritz Plaumann, um dos mais respeitados entomologistas do mundo. O trabalho meticuloso desse pesquisador autodidata conquistou o reconhecimento de seus colegas cientistas a nível mundial. Eles batizaram 150 das novas espécies descobertas por Plaumann com o seu nome.

Modesto, um pouco arcado pela bagagem de experiências vividas e pelo peso dos anos, o velho cientista se orgulhava de cada nova descoberta que fazia, especialmente quando alguma de suas contribuições era batizada com seu próprio nome pela comunidade científica internacional. Desde quando ainda morava na pequena Eylau, ele se interessava por animais. Insetos, principalmente. O seu maior prazer era percorrer as estantes e bancadas do museu de zoologia do colégio onde estudava e mergulhar nos livros com gravuras coloridas que seus pais lhe davam de presente. Membro de uma família de classe média alta, teve facilidade para se dedicar aos estudos, até que a Primeira Guerra Mundial bombardeou seus sonhos de adolescente, destruiu sua cidade, ocupada pelo exército russo, e trouxe a miséria da depressão econômica para o seu cotidiano. A família apostou tudo na esperança de reconstruir a vida em outro continente. Juntou os recursos disponíveis e embarcou no sonho de reencontrar a paz e a prosperidade na terra prometida, o Brasil. Os Plaumann foram os primeiros a chegar em Nova Teutônia, distrito de Seara, quase setecentos quilômetros distante de Florianópolis.

Ao pisar naquele solo, Fritz se mostrou deslumbrado com a grande biodiversidade que encontrou no local. Sua curiosidade científica, no entanto, não nasceu naquele momento, pois vinha sendo alimentada desde

sua infância pelo seu pai, que lhe comprava livros sobre astronomia, botânica, zoologia e outras áreas do conhecimento. Não foi sem motivo que seus colegas de escola o apelidaram de “pesquisador”, ainda durante seus estudos básicos na Alemanha. Foi o que acabou acontecendo. Ele se tornou, de fato, um grande e renomado pesquisador, metódico e meticuloso que era. Desde os primeiros dias, depois de sua chegada ao Brasil, começou a fazer anotações em seus cadernos sobre a meteorologia, a direção dos ventos e as precipitações pluviométricas, mas especialmente sobre a fauna e a flora da região onde se instalara.

O começo foi árduo. Tinha de dividir o tempo entre o trabalho duro de agricultor, as tarefas de professor e o estudo de entomologia. Foi, também, fotógrafo ambulante e comerciante. Em meio a essas atividades, ainda arranjava tempo para enveredar pelas florestas em busca de insetos. Nessas ocasiões, um cão era o seu único e fiel companheiro. Só algumas décadas após sua chegada é que encontrou tempo e recursos para se dedicar às pesquisas. Nessa época, com um velho caminhão e um jipe importado, rodou pelo Pantanal, pelo oeste e norte paulista e até pelo Rio de Janeiro em busca de novas espécies.

O desenvolvimento de suas pesquisas não dependia só de seu trabalho na coleta de insetos nas matas e nos campos, mas também de seus contatos com instituições brasileiras e estrangeiras. No Brasil, estabeleceu contatos com pesquisadores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do Instituto Butantã de São Paulo. As correspondências com instituições e cientistas do exterior também começaram muito cedo. Um dos primeiros foi Ferdinand Nevermann, com quem passou a se comunicar no ano de 1934. Ele era especialista nos estudos da subfamília *Telephaninae*. *Telephanus* era pesquisador da Costa Rica. O Dr. Lundblad, diretor da Naturhistoriska Riksmuseum, de Estocolmo, descreveu 124 espécies novas colecionadas por Plaumann. Em 1933, ele foi surpreendido por uma carta do Dr. Ochs, especialista da família *Gyrinidae*, contando que encontrara entre as amos-

tras de Plaumann uma espécie nova e com ela prestava uma homenagem ao seu descobridor, denominando-a *Gyretes plaumanni*.

Em suas atividades de investigação, criou contato com muitos pesquisadores de renome internacional. Plaumann manteve esse permanente intercâmbio internacional desde os primeiros anos após sua chegada ao Brasil, na década de 1920, até 1994. Entre tais pesquisadores e instituições, podem-se citar: o Telephanus Naturhistoriska Riksmuseum; Dr. Lundblad, diretor do Naturhistoriska Riksmuseum, de Estocolmo; Dr. Julius Wagner, de Belgrado; Dr. Chima e Dr. Mosley, do British Museum; Dr. Charles P. Alexander, professor de entomologia de Amherst, nos Estados Unidos; Dr. Martin Hering, da Alemanha; Dr. Richard Ebner, de Viena; e o Dr. Buchner, da Alemanha.

Mas nem tudo foi fácil na vida de pesquisa de Fritz Plaumann. Ele também enfrentou dificuldades burocráticas e a incompreensão das autoridades na sua longa carreira de entomólogo. Na década de 1970, foi perseguido pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), acusado de “dizimar a fauna”, porque enviava espécimes de insetos para o exterior. E só pôde continuar o seu trabalho depois de obter licença daquele órgão e da Universidade Federal de Santa Catarina. Plaumann também alertou sobre as espécies de insetos que se extinguíram ou que estavam ameaçadas de extinção, dizimadas por desmatamentos, agrotóxicos e queimadas. “Primeiro destroem tudo, depois querem imitar a natureza”, afirmava o cientista, que há quarenta anos já defendia práticas preservacionistas. Inconformado, ele se lamentava: “Já perderam muito tempo. Talvez a atual conscientização ecológica tenha despertado muito tarde”.

No final de sua longa vida, ele estava enviando insetos para museus de doze países no mundo, entre os quais o British Museum, de Londres, e os de Estocolmo, Viena e Belgrado. Através de seu intenso intercâmbio, conquistou grandes amizades e o reconhecimento da comunidade científica internacional. Em 1991, recebeu a Grã Cruz do Mérito Científico, a mais alta condecoração do campo da ciência da Alemanha.

No Brasil, o reconhecimento da importância do seu trabalho só ocorreu recentemente. Aos poucos foi sendo reconhecido na região e nos meios científicos nacionais. Em 1985, Plaumann obteve a Medalha do Mérito Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. No dia 23 de outubro de 1988, inaugurou-se o museu que leva seu nome, um dos maiores museus entomológicos da América Latina.

OS MONGES BARBUDOS

Era um. Eram dois. Eram três. Eram muitos os monges barbudos. Tantos quantos coubessem no imaginário popular. Eles eram, também, necessários para aliviar o sofrimento daquele povo sofrido e sem rumo. Muitos foram reais. Outros, criados pela imaginação. São deveras interessantes as histórias dos monges barbudos que percorriam o interior de Santa Catarina e do Rio Grande, o Sul do Brasil e vários países das Américas. Muitas e diversas suas histórias. Não vou contá-las todas. Apenas relembrar alguns fatos e seus significados.

Na verdade, sabe-se que eram pelo menos três os reais monges barbudos. Vamos começar pelo primeiro deles. João Maria. Inúmeros fatos e interpretações cercam sua vida. João Maria de Agostinho, seu nome completo, era de origem italiana. Conta-se que desembarcou no Pará, passou pelo Rio de Janeiro, depois por Sorocaba, em dezembro de 1844; percorreu o oeste catarinense e, também, o interior do Rio Grande do Sul. Na verdade, teria ido muito além e se transformado num verdadeiro “peregrino das Américas”, passando pela Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Peru, México, Cuba, Canadá e Estados Unidos. No Rio de Janeiro teria vivido na Pedra da Gávea e teria sido recebido por Dom Pedro II. Em 1862, se estabeleceu no Novo México, nos Estados Unidos, onde teria morrido em abril de 1869.

João Maria tinha o hábito de fixar cruces pelo caminho, indicando fontes de águas sagradas. No imaginário popular, ele teria até voltado depois de sua morte na pessoa de outros monges peregrinos que percorreram a região. Ou mesmo, acreditavam outros, ele sequer teria morrido. Ou, ainda, chegam mesmo a dizer que não havia apenas um João Maria. Seriam muitos os monges conhecidos como João Maria. Todos eles percorriam a região como peregrinos pregadores. Possuíam, também, traços comuns.

Não se enquadravam na estrutura social daquela sociedade. Eram até sua negação. Acreditavam ter recebido em sonho a missão de peregrinar pelo mundo pregando a penitência e a resignação. Com origem e morte incertas, assumem uma feição misteriosa e se atribuem qualidades especiais de mediadores entre o mundo terreno e o mundo do sagrado. Verdadeiros penitentes, peregrinos, sem lar, sem família e sem residência. Pregam o apocalipse como castigo divino. Buscam um sentido para um mundo sem sentido e se atribuem um poder milagroso de curar as pessoas de suas doenças. Quem alcançar a perfeição recebe a promessa de imortalidade.

Depois de João Maria de Agostini veio João Maria de Jesus, o segundo monge, de origem síria. Anastas Marcaf, seu nome real, percorreu a região do oeste catarinense e teve grande influência no imaginário da população cabocla, com poderes e práticas milagrosas. Era o novo São João Maria, que teria desaparecido misteriosamente entre 1908 e 1910. Muitos seguidores, porém, acreditam que teria passado a viver de forma “encantada” no morro do Taió, perto do Rio do Sul, até os dias atuais.

Um terceiro monge, batizado como José Maria, apareceu na região do Contestado em 1912, “uma figura de passado nebuloso”, que se dizia irmão de São João Maria. Para algumas pessoas, no entanto, não passava de um “falso profeta” que explorava a boa-fé do povo. Para outras, era homem penitente, dedicado a ações de cura e de caridade. Seus adversários e críticos, padres e autoridades o tratavam como um curandeiro vulgar. Um charlatão. Cultivava ervas medicinais e realizava práticas de curandeirismo, comuns na região. Como seus antecessores, José Maria perambulou por muitos municípios do território do Contestado, pregando, fazendo profecias e praticando curas milagrosas, até que, por razões fortuitas, juntou-se aos caboclos acampados, primeiro em Taquaruçu e depois no Irani, quando foi atacado e morto pelas forças militares do estado do Paraná em 22 de outubro de 1912, no episódio que marcou o início da Guerra do Contestado.

João Maria é o nome mais popular que não só aglutina os diversos monges, mas que expressa também a unidade dos sentimentos, expectativas

e esperanças de mudança social das populações que participaram das batalhas da Guerra do Contestado, no início do século XX, e daquelas que hoje ainda o têm como referência no seu universo simbólico. Para o povo caboclo dos sertões do oeste catarinense, os monges barbudos encarnavam o protesto e os anseios dos mais pobres e explorados. Onde quer que estivessem — no sertão, no planalto, nos vales e nas coxilhas —, São João Maria e todos os outros foram um só, ao mesmo tempo santo e guerreiro de uma guerra que não foi só religiosa. Eles lutavam por justiça para aquele povo empobrecido e marginalizado. As causas de suas lutas eram mais profundas do que parece que eram. Estavam enraizadas na história da ocupação capitalista dos campos e das matas. O mundo caboclo havia sido excluído do processo de modernidade capitalista. E os monges souberam lutar pela vida e pela história daquela população pobre.

Digno de nota é o episódio que teria ocorrido nas terras de Soledade (RS) em 1935, quando um monge reuniu fiéis de uma pequena localidade com o objetivo de fundar uma nova religião. O Santo Monge, como ficou conhecido na região, teria pernoitado na casa de um caboclo agricultor, Deca França, e lhe confiado a missão de liderar o novo movimento religioso. Ensinou-lhe, também, a arte e o segredo das ervas medicinais, além de ensinamentos sobre a natureza, o sol, a lua, os rios e as matas. Antes de partir, apresentou-se como João Maria, assegurando que Deca França havia sido escolhido para uma missão divina e deveria reunir amigos para formar a comunidade dos eleitos. Depois que ele partiu, a casa do agricultor começou a atrair muita gente, para as práticas religiosas e medicinais. A figura de Deca França começou a chamar a atenção, despertando contrariedades, conflitos e perseguições de outras pessoas, que viam com desconfiança aquele movimento.

A volta do Santo Monge era esperada para a Semana Santa de 1938. Foi quando se sucederam os trágicos acontecimentos de 14 de abril daquele ano, na localidade de Bela Vista, que na época pertencia ao sexto distrito de Soledade. A Capela de Santa Catarina era o local onde deveria aconte-

cer o retorno do Santo Monge. Uma pequena multidão concentrou-se na capela, gerando preocupação das autoridades, que para lá enviaram um destacamento da Brigada Militar. Houve confronto, seguido de prisões, feridos e mortos. Entre os que perderam a vida, estava o próprio Deca França. Após esses trágicos acontecimentos, os membros do movimento ficaram impedidos de se reunir e de praticarem os ensinamentos do monge.

Por onde quer que andassem, os monges barbudos, quer fossem João Maria, José Maria ou apenas João e José, continuaram “encantando” o mundo caboclo, no oeste de Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em muitos outros lugares do Prata e das Américas.

O OVO DA SERPENTE

E agora, José?

Vou relatar aqui o que aconteceu com José e Mariana, uma família de pequenos agricultores cuja economia de subsistência foi completamente envolvida nas tramas de um grande complexo econômico, sendo assim transformada em mero apêndice desse sistema. A trajetória de José e Mariana foi o caminho trilhado pela maioria dos agricultores familiares do oeste, desde o momento em que era um trabalhador independente que produzia o sustento da família, em seus 25 hectares de terra, até a sua completa absorção pela grande indústria frigorífica. O fio condutor dessa trilha é como se fosse o ovo da serpente posto e criado no ninho do agricultor. A criatura engoliu seu criador.

José era um pequeno e jovem agricultor do noroeste do Rio Grande do Sul. Já tinha dezenove anos, curso primário completo, pensava em se casar em breve. Era o terceiro filho de família numerosa. Seus dois irmãos mais velhos casaram e continuavam trabalhando nas terras de seus pais, as quais estavam ficando pequenas para abrigar mais uma família. Mas José ouvira notícias de uma empresa colonizadora que oferecia lotes de terra no oeste catarinense a preços baixos e vinte anos para pagar. Conversou com a família e a noiva Mariana, dizendo que a proposta lhe parecia atraente. Buscou informar-se melhor e, pouco tempo depois, já casados, José e Mariana embarcavam sua mudança — alguns móveis, galinhas, leitões, uma carroça velha, uma vaca de leite e uma junta de bois — num pequeno caminhão rumo ao novo destino: as terras do oeste catarinense.

Isso teria acontecido no início dos anos 1960. Os primeiros tempos foram difíceis. Na encosta do morro, um clarão na mata, um barraco de pau a pique, coberto com galhos de árvore, folhas de palmeira e uma velha

lona que trouxeram do Sul. Os animais logo se habituaram ao lugar. O pasto era abundante e diversificado. As aves e os porcos ficavam confinados no pequeno cercado improvisado, pois era mais seguro. Foi ali que José e Mariana começaram a vida. A cada ano, ocorria a derrubada de um pedaço do mato, a queima limpava o terreno, expandindo assim a área de lavoura, onde se plantava milho, trigo, feijão, mandioca, batata-doce, algumas árvores frutíferas e pés de parreira. As madeiras iam para a serraria, de onde vinham as tábuas para melhorar a construção da casa. Quase tudo o que produziam era para o autoconsumo. Uma parcela da produção, apenas, era vendida no armazém do Seu Revaldo, distante sete quilômetros da casa onde moravam. Na estrada precária, normalmente o percurso era feito a cavalo, e muitas vezes era necessária a carroça de bois. O que conseguiam vender era o suficiente para pagar a prestação da terra. Os preços eram fixados pelo dono do armazém, contudo, dependendo da safra, havia alguma margem de negociação. Acontecia, também, de as madeiras de lei serem vendidas para madeireiros, que as exportavam através do Rio Uruguai. Foi assim que o ovo da serpente foi sendo chocado na ninhada dos produtos da família de José e Mariana.

Quando chegaram do Sul, eles trouxeram consigo pouca coisa. Eram pobres, mas carregavam o grande sonho de fazer fortuna. Sendo trabalhadores autônomos, estavam inseridos numa empreitada capitalista. Uma peça no xadrez da colonização do oeste, como tantos outros colonos imigrantes. Para realizar seu sonho, contavam apenas com um pedaço de terra e seu trabalho. Traziam, também, a experiência de lidar com a roça, mas o que contava mesmo era seu labor. Tudo dependia dele. Amainar a terra. Plantar o grão. Limpar a roça. Colher a colheita. O trabalho era sua vida. Estava no sangue. Sem trabalho nada se conseguia, pois tudo o que se produzia era fruto do trabalho. Os colonos se achavam superiores aos caboclos, que há muito ali viviam. Diziam que os caboclos não gostavam de trabalhar. Eram pobres porque não trabalhavam. Para os colonos, o

trabalho era como uma religião: quase sagrado. Era sua vida. A ética do trabalho. O caminho da redenção.

A família de José e Mariana era igual à de outros agricultores familiares. Todos eram proprietários da terra e dos meios de trabalho; a mão de obra e a gestão eram de responsabilidade dos membros da família. A maior parte da produção se destinava à subsistência. Apenas o excedente era comercializado. Em determinadas épocas do ano, quando possuíam tempo livre, eles também podiam realizar trabalho fora da unidade familiar, buscando complementar sua renda. Era o caso do trabalho nas fazendas próximas ou do transporte de madeira no Rio Uruguai.

A agricultura familiar de José e Mariana cabia em menos de vinte hectares, como acontecia com os demais pequenos agricultores da região. Desde que começaram a vida naquelas terras, com seu trabalho duro, de sol a sol, conseguiram melhorar muito suas condições de subsistência. A área cultivada foi aumentando ano após ano. Alimento nunca faltou naquela casa, imperando uma pequena abundância. Tudo vinha da terra, até o chá de frutas secas e o açúcar mascavo. O excedente do consumo era levado para ser vendido na venda de Seu Revaldo. Uma parte eles recebiam em dinheiro, o restante voltava na forma de produtos fornecidos pelo armazém.

José e Mariana tinham uma espécie de conta corrente onde tudo era anotado. Sempre que havia alguma sobra de dinheiro, ficava anotada na caderneta do armazém. Era a poupança que iam guardando para alguma emergência. Nos anos de boa colheita de trigo, milho e feijão, quando o tempo colaborava, era da venda desses produtos que podiam se dar ao luxo de comprar mais um eletrodoméstico para a casa e de aumentar suas pequenas poupanças. Mas, se a chuva não vinha na hora certa, a colheita era fraca. Nessas ocasiões, o que sustentava as trocas da família eram os porquinhos que José criava no cercado de madeira próximo da casa. O período da seca não afetava tanto a criação dos porcos porque, na falta de milho, havia mandioca, abóbora, restos de comida e frutas do mato,

que tinha em abundância. Na época do pinhão, este também era um bom alimento para os animais e mesmo para os humanos.

José e Mariana se sentiam livres e autônomos. Isso possuía um valor inestimável para eles. Não dependiam de ninguém, a não ser de alguns poucos artigos de consumo que não produziam, e ferramentas. Não dependiam de mais nada e de ninguém. Mas, na verdade, as coisas não eram bem assim como pareciam. Eles, que pensavam ser independentes, estavam presos a uma trama de relações que fugia de seu controle. A saga do pequeno agricultor do oeste já estava traçada. O ovo da serpente estava sendo chocado no ninho daquela pequena sociedade de agricultores.

A agricultura familiar praticada por José e Mariana, como toda pequena agricultura, parecia ter sua própria lógica interna de desenvolvimento. O principal estava voltado para o sustento da família; para dentro de casa, para a reprodução familiar. O que sobrava ia para fora, para ser vendido no mercado. Este era o caminho da serpente. A finalidade da produção agrícola mudou aos poucos. Aquilo que era secundário foi se tornando o principal objetivo e aquilo que era o principal foi se tornando secundário. A vida também foi se tornando secundária. Nesta inversão, a autonomia relativa do agricultor face aos mercados aos poucos vai se perdendo. As relações estruturais com o sistema econômico dominante vão emaranhando o homem e a vida de tal maneira que ele se vê sem saída. Foi assim com a família de José e Mariana. Foi assim com todas as demais famílias. Aquela pequena agricultura familiar transformou sua própria lógica interna de desenvolvimento — produzir valores de uso para consumo próprio — em produzir valores de troca para serem vendidos no mercado. À medida que suas relações com os mercados foram se estreitando, suas atividades e suas vidas foram se alterando e se subordinando progressivamente à lógica do capitalismo agroindustrial.

Esse processo, ainda incipiente na vida de José e Mariana, se intensificou no Brasil como um todo, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, com a modernização da agricultura empresarial. A agricultura

familiar, mais que uma forma de produzir, costuma ser vista como um modo de vida, ainda que ocupando uma posição subordinada, tanto econômica como politicamente, face a uma sociedade preponderantemente urbana, em que se insere cada vez mais. Considerada como algo anacrônico, relíquia histórica, que não se enquadra no modelo dos grandes sistemas econômicos — nem capitalista, nem socialista —, e por isso a agricultura familiar estaria fadada a desaparecer. Pela mesma lógica, os agricultores familiares mais fortes, e em melhores condições econômicas, seriam transformados em futuros capitalistas agrícolas, e os pequenos, relegados à condição de meros operários agrícolas.

Aqui, como em muitas outras circunstâncias, a história parece ter traído a teoria, mostrando-se mais complexa e mais sábia do que as simplificações teóricas. Em países mais desenvolvidos, a agricultura familiar não só não desapareceu como também se reestruturou para sobreviver e reproduzir-se como segmento importante na produção de alimentos para o consumo da sociedade ou para o mercado capitalista. Ela foi capaz de rearticular-se e tornar-se funcional, de diferentes maneiras, com a produção capitalista, produzindo alimentos mais saudáveis e mais baratos para os trabalhadores, reduzindo os custos de produção. A agricultura familiar de José e Mariana passou a viver nesse labirinto. Não pode ser compreendida a partir de si mesma, de fora e contra o próprio sistema dominante, mas sim apenas dentro dele, explicitando suas diversas formas de articulação interna.

Mais uma particularidade da vida de José e Mariana: a integração de sua agricultura familiar não se deu apenas com o mercado, via comércio, mas envolveu a esfera produtiva da grande indústria frigorífica, através da criação de aves e suínos. Como sucedia à maioria dos vizinhos, esta última foi o principal elo entre os agricultores e a venda do Seu Revaldo, que logo percebeu os limites do mercado para as sobras dos produtos agrícolas. Trigo, milho e feijão serviam, antes de tudo, para a subsistência

dos agricultores. A criação de suínos é que tinha um potencial maior para gerar riqueza.

No início, ele comprava os porcos vivos dos colonos e os revendia para outros centros mais populosos. Esse mercado, no entanto, começou a ficar saturado pela grande oferta de animais vivos. Foi aí que Revaldo resolveu abrir um matadouro. Não tanto para produzir carne, que não podia ser armazenada, pois não havia refrigeração, por falta de energia elétrica. O negócio era a produção e venda de banha. Uma parte da carne era vendida *in natura*, mas a maior parte era transformada em salames e outros subprodutos embutidos. O negócio começou a dar certo e não parou mais de crescer. Revaldo usava a própria poupança que os agricultores deixavam registrada nas suas cadernetas para comprar os suínos e outros produtos dos mesmos agricultores. Além de banqueiro, aos poucos ele também se transformou de comerciante em pequeno manufator. Era a metamorfose do capital comercial em capital industrial.

Foi lá pelos idos de 1950 que vieram as grandes mudanças nas atividades dos pequenos agricultores e também de Revaldo, com a chegada da luz elétrica na região. Seu matadouro transformou-se num pequeno frigorífico. Além da mão de obra familiar, passou a contratar outros trabalhadores para as diversas funções que iam se abrindo na transformação dos produtos da carne suína. José e Mariana logo perceberam o rumo que as coisas estavam tomando. Decidiram aumentar a criação de suínos, mas o frigorífico não estava mais interessado na banha dos animais, pois começavam a surgir outros substitutos de origem vegetal. A carne interessava, agora. Era preciso mudar o perfil do porco. Novas espécies foram trazidas, articulando o interesse do frigorífico com o dos criadores. Estava aí o embrião de uma articulação da produção agrícola e de suínos com a indústria frigorífica que iria formar as maiores empresas do setor de carnes e derivados do Brasil e, também, o maior complexo agroindustrial da América Latina. Foi dessa peculiar integração entre criação de suínos e frigoríficos que se formou o modelo de desenvolvimento capitalista da

região. Aos poucos, o capital comercial investido em matadouros e pequenos frigoríficos se transformou em capital industrial, motor da grande indústria frigorífica, típica da região.

O aperfeiçoamento da criação de suínos e o desenvolvimento do frigorífico estavam cada vez mais dependentes de uma cooperação entre ambos. De início, a cooperação era baseada em acordos verbais informais, mas foi se formalizando e aperfeiçoando, gradativamente, através de contratos que estabeleciam uma relação de compra e venda garantida dos suínos, com preços e condições de pagamento pré-fixadas, sem, contudo, interferir nas condições e formas de produção. Esses contratos informais baseavam-se nos princípios da cooperação e proteção mútuas e atendiam aos objetivos tanto dos agricultores como dos frigoríficos. Até a década de 1950, a capacidade produtiva dos frigoríficos dependia da produção familiar de suínos. A influência das indústrias sobre a produção só ocorria de forma indireta. Nesse período, José e Mariana gozavam de uma grande autonomia na gestão de suas atividades. Mas, nos anos 1960, o frigorífico começou a se envolver mais fortemente nas atividades familiares. Criou-se um departamento técnico para auxiliar a modernização da criação de suínos, o que estabelecia um novo marco nesse processo de integração, pois começava a interferir no processo produtivo de suínos e na oferta de matéria-prima.

O aperfeiçoamento dessa forma de cooperação beneficiava tanto o produtor como o frigorífico, mas o fato é que o frigorífico aprofundava sua ingerência sobre a criação de suínos mantida por José e Mariana, mesmo que com o objetivo de melhorar a produção e a produtividade. A indústria frigorífica tomava a iniciativa, pois precisava garantir uma contínua oferta de produtos, homogêneos e de boa qualidade, por parte dos agricultores. O agricultor, por sua vez, tinha assegurada a venda de sua produção. Essa maior integração também veio a provocar mudanças na natureza da produção agrícola familiar, que foi deixando de produzir para a subsistência e passou a produzir cada vez mais para o mercado. Os contratos de inte-

gração, além de preços e condições de pagamento, passaram a interferir, também, na própria maneira de criar os animais, através da assistência técnica, rações e transporte. Esses contratos exigiam o cumprimento rigoroso de todas as normas técnicas estabelecidas pelas empresas, sobre instalações, condições de higiene e outros cuidados com os animais. Havia, ainda, prazo de entrega dos animais, com o peso médio já estipulado.

Os agricultores, além de bancar todos os custos das instalações de criação, de acordo com as modernas normas técnicas preconizadas pelos frigoríficos, deviam também oferecer a mão de obra necessária para a produção e arcar com os encargos sociais. Isso era vantajoso inclusive para os agricultores, que recebiam assistência técnica, crédito fácil e venda garantida. Para o frigorífico, estava garantida a matéria-prima de qualidade a um custo menor, visto que não precisava investir em instalações, terras e mão de obra. Como resultado, uma produção de melhor qualidade, além de melhorias nas instalações físicas e novas técnicas produtivas, que potencializam a pequena propriedade rural. Mas o risco de exclusão do sistema era grande para os agricultores que não cumprissem todas essas condições. José e Mariana estavam atentos e começavam a se mostrar apreensivos, pois já haviam escutado notícias de que isso vinha ocorrendo com outros agricultores menos afortunados.

Uma vez dado esse primeiro passo, anos depois, já na década de 1980, um novo padrão de integração se tornou dominante: o modelo de integração de ciclo completo, no qual os agricultores tinham o controle e o comando do processo de produção, que se baseava muito mais no conhecimento, na capacidade produtiva e na organização da produção dos próprios agricultores, entretanto incluía a introdução de novas técnicas produtivas, novas raças de suínos e novas estruturas de produção. Nos anos 1990, o modelo de ciclo completo foi aos poucos substituído pelo modelo de parceria, que se tornou dominante a partir dos anos 2000.

No sistema de parceria, as responsabilidades de cada uma das partes ficam claramente estabelecidas: os agricultores entram com as instalações,

os equipamentos e a mão de obra, e as agroindústrias frigoríficas fornecem os animais, os insumos, os medicamentos e a assistência técnica. A remuneração que os agricultores recebem depende de sua produtividade, mas os critérios de cálculo da produtividade são impostos pelas agroindústrias e não são conhecidos pelos próprios agricultores. Nesse processo, não pode ser esquecido que, na década de 1970, um novo ingrediente passou a fazer parte da integração: a criação de aves, que exigia investimentos iniciais altos, porém dava resultados maiores e mais rápidos que a suinocultura.

O sistema de integração, embora tenha alterado o modo de vida colonial da família de José e Mariana, inserindo novas formas de relações de produção e um novo ambiente social e econômico, significou um avanço na produção familiar e uma melhoria nas suas condições de vida. Mas implicou, também, grandes perdas, sobretudo em relação a sua autonomia e ao controle sobre sua produção, sem destruir, contudo, todos os elementos de seu antigo modo de vida de colonos e de agricultores familiares. Grandes mudanças ocorreram nessa região colonial de pequenos produtores de subsistência, cuja economia se transformou numa economia agroindustrial poderosa, líder na produção para mercados nacionais e forte competidora nos mercados internacionais.

O ovo da serpente transformou aquela economia de subsistência de José e Mariana, de pequenos produtores independentes, num modelo de grande concentração econômica, de capital e de riqueza. José e Mariana foram gradualmente envolvidos pela serpente do mercado até serem completamente engolidos, sendo então excluídos de um processo para o qual contribuíram ao longo de sua vida, como aconteceu com milhares de outros pequenos agricultores. O ovo da serpente expulsou do campo sobretudo os trabalhadores mais jovens, provocando a degradação do solo, decorrente da poluição do meio ambiente, principalmente de seus mananciais hídricos.

Essa situação vivida pelos pequenos agricultores só ganhou relevância e força a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando eles começaram a reagir e se organizar como movimento social, levando a discussão para o âmbito político.

A VIGÉSIMA QUINTA HORA

Foi num domingo de manhã ensolarado que cheguei à granja de João e Maria. Estava curioso para ver pessoalmente, na prática, como se dera a transformação na vida daquela família de pequenos agricultores. Aparentemente, nada parecia ter mudado substancialmente. A vida até parecia ter melhorado. Mas era preciso prestar atenção, ver além das aparências. O que tinha mudado estava oculto. Era a natureza do trabalho que tinha se transformado. Antes, trabalho independente, livre e autônomo. Agora, semiescravo. Como se dera essa transformação?

Ela foi produzida pela aceleração do tempo, que sem ser percebida tinha chegado à roça. Antes, o tempo ia devagar. Quase não passava. Era outro tempo. Antes, as pessoas controlavam as horas. Agora, era o tempo que controlava as pessoas. Sem que tivessem se dado conta, João e Maria se viam presos a uma teia de abrangência mundial, tecida com fios invisíveis, mas rígidos e fortes, que cortavam fundo no seu próprio corpo. Era a engrenagem do capitalismo global que movia todos os movimentos humanos. Sua pequena propriedade agrícola e a granja de aves e suínos estavam conectadas à trama invisível da economia globalizada. Eles, que tinham tanto orgulho de sua autonomia e de seu poder sobre as coisas. Agora eram as coisas que dominavam suas vidas.

A casa de João e Maria era simples, porém confortável. Na frente, uma varanda comprida. Sala, cozinha, três quartos. Um quarto para o casal e um para cada filho. Alfredo estudava na faculdade. Só vinha nos fins de semana. Elisa lecionava numa escola municipal não muito distante da granja. A propriedade era pequena, continha 25 hectares, como quase todas as propriedades de pequenos agricultores familiares. A terra já tinha sido paga. Afora os custos com o alojamento do Alfredo na cidade,

que não eram nada expressivos, não havia outros compromissos que não pudessem ser pagos facilmente com as pequenas rendas vindas da roça. A vida que levavam era boa, mas os filhos não queriam repetir a vida de seus pais. A vida na cidade lhes parecia mais atraente. O futuro lhes parecia mais promissor do que repetir o passado de sua família. Muitos jovens da região estavam seguindo esse caminho. A crise na sucessão da agricultura familiar se alastrava.

Enquanto nos acomodávamos na pequena varanda da casa, o celular de Maria tocou. Era sua irmã perguntando quando, afinal, iriam visitá-la. Já fazia mais de dois anos que não podiam se ausentar de casa. O cuidado dos animais não permitia. O dos suínos não era tão exigente como o das aves. Eles poderiam ficar mais tempo sem a presença de um membro da família, mas a criação de aves não permitia. Os pintinhos eram frágeis demais. A qualquer hora, a iminência de um problema. A roda rodava sem parar. Noite e dia. Dia e noite. Sem fim de semana. Sem férias. O ano todo.

Foi assim que se formou aquela situação na granja de João e Maria. Sem aviso. Sem alarde. Sorrateiramente. Eles nem se deram conta. Era apenas uma questão de tempo. Quando perceberam, aquelas condições de trabalho já haviam tomado conta de suas vidas. Não sobrava mais tempo para nada. A tranquilidade do dia a dia na roça se fora. Como foi possível aquilo acontecer? Antes era bem diferente. Não tinham hora para levantar de manhã, nem para ir dormir de noite. Qualquer hora era hora. Eles que decidiam.

Os dias eram muito tranquilos. Eram pequenos agricultores. Plantavam e colhiam quase tudo o que precisavam: milho, trigo, arroz, feijão, batatas. Uma economia doméstica quase autossuficiente. É bem verdade que a terra era pouca, mas produzia o necessário para alimentar toda a família e ainda sobrava um pequeno excedente, que era comercializado, gerando uma renda monetária para custear as demais despesas. Trabalhavam de sol a sol, todavia no ritmo que queriam. Eles controlavam o

tempo. Os fins de semana eram para passear e se divertir. Nos períodos de entressafra, até uns dias de férias era possível tirar.

As noites, então, nem se fala. Nada perturbava seu sono profundo. Mal se ouviam os latidos dos cachorros e, apurando bem o ouvido, o coaxar de alguma rã na beira do riacho. Sim, havia também o ronronar de algum pássaro noturno que se fazia ouvir na escuridão silenciosa da noite. E no amanhecer, o primeiro cantar do galo madrugador. Tudo o mais permanecia no mais profundo silêncio.

As poucas horas em que estive visitando a granja de aves e suínos de João e Maria, na encosta do morro, não muito distante da cidade de Joaçaba, me foram suficientes para evidenciar o ritmo de trabalho daquele casal de pequenos agricultores. A vigésima quinta hora de trabalho não estava marcada no grande relógio da parede da cozinha, mas se fazia visível de muitas outras formas. Na hora de levantar e de dormir. No curto descanso após o meio-dia. Nas noites de plantão dos primeiros dias após a chegada dos pintinhos. Nos sábados e domingos, que haviam se transformado em dias de trabalho como os demais dias da semana. Nas férias anuais e nos feriados que deixaram de existir desde que eles haviam resolvido abraçar aquele tipo de trabalho. Na falta de tempo que tinham para visitar ou receber visitas de parentes e amigos. Enfim, o ritmo do tempo havia mudado naquele ermo lugar. Uma nova racionalidade do trabalho havia se implantado desde que João e Maria decidiram trocar o trabalho da roça, de plantar e de colher produtos agrícolas, pelo da granja, de criar porcos e aves. Suas feições fatigadas diziam tudo. Os tempos haviam mudado.

Enquanto dormíamos o sono dos justos, o alarme geral disparou inesperadamente. Eram duas e meia da madrugada. João não se perturbou. Ele já sabia do que se tratava. Era muito comum aquilo acontecer. Não havia tempo a perder. Muitas vidas estavam a perigo. Pulou logo da cama, naquela noite gelada de inverno. Abrigou-se rapidamente e saiu correndo em direção ao galpão das aves. Abriu a porta e acendeu a luz. Uma cena dantesca. Quarenta e cinco mil pintinhos correram ao seu encontro com

bicos bem abertos para receber mais da ração, que havia acabado nos comedouros. Aquilo era bastante comum acontecer. O motor do depósito de rações havia parado de funcionar, deixando de alimentar os comedouros dos pintos. Os bichinhos comiam noite e dia, sem parar.

João enfrentava situações como aquela sem problemas. Fazia parte de sua rotina de trabalho. Quase todas as noites o alarme geral dos pintinhos disparava. Podiam variar os motivos: ou a falta de ração, ou a queda de energia e a queda da temperatura, no inverno, e sua elevação, no verão. A temperatura precisava ser mais ou menos constante, principalmente quando os pintinhos eram pequenos. A vida útil deles era cada vez menor. Chegavam com dois dias de vida, quando mal haviam abandonado a casca do ovo. Cada pintinho chegava pesando sessenta gramas. Em 35 dias, comendo dia e noite sem parar, seu peso era de aproximadamente um quilo. Dependia de quantos gramas aumentavam por dia. O tempo médio já foi de 45 dias. A alimentação racional e científica permitia o máximo desempenho. Aquilo não era um criatório, mas uma fábrica de fazer frango. Uma fábrica de proteínas. Os frangos eram apenas um meio quase artificial de fazer proteínas. Garantir água e comida 24 horas por dia era só uma das tarefas. Havia muitas outras: manter a temperatura constante, a limpeza também era diária. Afinal, quarenta e cinco mil animais, por pequenos que fossem, faziam uma sujeira enorme.

João cuidava sozinho daquele serviço. Maria tinha uma tarefa semelhante na área dos suínos. O cuidado dos porcos, aparentemente mais pesado, era na verdade mais suave do que o dos frangos. Eles não eram tão delicados quanto estes últimos. Não precisavam nem de aquecimento nem de refrigeração. Água, ração e limpeza. Por vezes, vacina.

Na casa de João e Maria, o dia tinha mais de 24 horas. As atividades eram sempre intensas. Não tinham hora para começar nem para acabar. Mas no início não era assim. A vida deles era mais tranquila. O tempo era lento. Não passava. Sobrava tempo. Eles eram pequenos agricultores. Tinham dois filhos. Dos 25 hectares de terra que possuíam, nem todos

eram aproveitáveis para a agricultura. Além da área da casa, onde havia um pomar e o galpão no qual se guardava o estoque de mantimentos, uma parte da terra era reservada para as vacas leiteiras (o leite era para consumo próprio) e uma pequena mangueira para os porquinhos. As galinhas ciscavam no entorno. Tudo o mais vinha da pequena lavoura, onde se plantava milho, trigo, feijão, mandioca e batata-doce.

A vida que levavam era boa. Trabalhavam de sol a sol, entretanto o ritmo era eles que davam. As noites eram feitas para descansar e dormir. Produziam quase tudo o que precisavam. Vendiam algum produto para poder comprar os artigos que não produziam. Sábado e domingo eram dias de descanso. Os filhos já estavam na faculdade e não pretendiam dedicar-se aos trabalhos da lavoura como seus pais. Não queriam reproduzir aquela vida da roça, visto que um trabalho na cidade era muito mais atraente. Dessa forma, o seu futuro parecia-lhes mais promissor do que o de seus pais.

Talvez esse tenha sido um dos motivos que levaram João e Maria a abandonar o cultivo da lavoura e se associarem ao frigorífico para a criação de aves e suínos. Aparentemente pouca coisa parecia ter mudado. Criar aves e suínos junto com o cultivo da lavoura eles sempre haviam feito. O que mudava, agora, era diminuir o trabalho na roça e aumentar o tempo dedicado aos animais. Mas isso não era tudo. A principal mudança eles perceberam aos poucos. Já não eram mais donos do tempo. Não havia mais as horas vagas, nem descanso de dia ou de noite. Nem nos fins de semana. Não podiam se ausentar além de algumas horas. Não tinham mais férias. Suas vidas haviam mudado radicalmente. O tempo era outro. Tinha outra velocidade. Uma nova racionalidade havia sido introduzida no campo e gradualmente tomou conta de tudo. Até do tempo. O dia já não era mais de 24 horas. A vigésima quinta hora havia chegado.

A TERRA PROMETIDA

Vamos começar pelo começo e terminar pelo final. Entre o princípio e o fim permeia a contradição. É ela que move o movimento. É nele que se movimenta a contradição. Não se resolve, apenas se movimenta. A terra prometida é o sonho, a utopia do pequeno agricultor. É também o enredo de sua vida. A relação de indígenas e caboclos com a natureza não é a mesma para o colono agricultor. A relação com a terra, sagrada para seus primeiros habitantes, deixou de ser uma relação com a natureza e passou a ser uma mera relação mercantil. Fator de progresso e de destruição. Foi essa percepção que despertou a consciência do impasse e a reação. Os pequenos agricultores familiares ficaram enredados nas malhas do mercado. Seu movimento busca no passado a saída para o futuro.

Começando pelo começo, a terra prometida aos pequenos agricultores já tinha dono. Não estava vazia, nem era um “sertão”, como se dizia. A colonização do oeste não foi o primeiro movimento de ocupação daquelas terras. Elas já estavam ocupadas pelos povos indígenas e pelos caboclos. Antes, foram conquistadas pelos fazendeiros, vindos do Norte. Eles primeiro acamparam mais acima, nos campos de Guarapuava. Depois, foram avançando rumo ao Sul. Eram os campos de Palmas. Hoje, constituem as terras do oeste. Eram as grandes fazendas de criação de gado. Indígenas e caboclos foram sendo empurrados para o fundo das matas. Mas sua sina não tinha terminado. Desde o início do século XX, projetava-se uma nova forma de ocupação. Deu-se aí a transição das atividades pastoris para as atividades agrícolas. Eram as colônias de agricultores. Uma empreitada oficial e capitalista. Novos ventos começaram a soprar. O espírito do capitalismo vindo do Sul chegava àquelas terras.

Levas e levas de colonos começavam a chegar. A eles essas terras estavam prometidas. Foram chegando com seus parques pertences. A colonização se consolidou. Os pequenos agricultores plantaram e colheram, para comer e para vender. Melhoraram de vida. Ampliaram suas famílias, mas pouco a pouco perderam sua autonomia e a terra prometida começou a ter problemas. Apareceram as contradições. Virou quase um pesadelo. A finalidade da agricultura mudou. A produção para comer cedeu lugar para a produção para vender. Antes, se produzia valor de uso. Agora, se produzia valor de troca. Foram engolidos pelo mercado. E a terra prometida também passou a ser mercadoria, na medida em que se concentrou nas mãos de poucos. Logo, era necessário aumentar a produtividade.

Essa lógica capitalista de produzir para enriquecer deixou atordoados os pequenos agricultores, que começaram a reagir, fundando um movimento nacional dos pequenos agricultores — um puro movimento social-camponês. O que eles queriam? Primeiro, que a terra prometida deixasse de ser mercadoria. Só assim poderiam produzir comida saudável para a família e para todo o povo brasileiro. Era seu objetivo principal. Mas tinha mais: queriam garantir a soberania alimentar do país. A modernização da agricultura expulsou muitos agricultores do campo; a pobreza não demorou a chegar também. Além do lado econômico e social, tinha ainda o aspecto cultural. Queriam resgatar a cultura e a identidade camponesa, preservar os costumes e o modo de vida do campo, bem como fugir da padronização do mercado, respeitando as diversidades pessoais e regionais.

Outros movimentos sociais serviram de exemplo para os pequenos agricultores do oeste. Apontaram o caminho. Muitos deles já haviam perdido suas terras e faziam parte dos trabalhadores sem-terra. Sem-terra e sem trabalho, porque agricultor sem-terra não trabalha. Só trabalha se vira peão.

A grande seca que afetou o oeste no meio dos anos 1990 agudizou os problemas e desencadeou a reação camponesa. Foi do Acampamento da Seca que surgiu o embrião da organização. Ninguém sabia bem qual

a dimensão do problema, todavia bastou levantar a voz para ver seu tamanho. Três, quatro, cinco, mil? Chegaram quase trinta mil camponeses. O que queriam? Mais crédito para a agricultura familiar? Mais crédito para uma atividade de subsistência? Como se iria pagar esse crédito, se o excedente era pouco? Coisa perigosa entrar para o circuito do crédito e do endividamento. Se, antes, a circulação era apenas comercial, agora entrava em campo a circulação financeira. No entanto, ela iria cobrar seu preço. Esse caminho só agravou a situação.

A terra prometida acabou com o sonho. Era preciso voltar atrás. Nas suas origens estava a saída. No passado, seu futuro. Uma nova relação com a terra e com a natureza. Indígenas e caboclos já viviam essa utopia. O pequeno colono agricultor perdeu essa perspectiva. Agora, pretendia inventar uma agroecologia. Uma agricultura de grupo, uma atividade cooperativa. A pequena agroindústria familiar. Crédito subsidiado ou de fundo perdido para a lavoura e para a habitação. Condições para produzir e condições para viver bem no campo.

O problema não era local, e sim geral; situação muito parecida em todos os lugares. Os dilemas da pequena produção familiar, onde quer que fosse, eram sempre os mesmos. Sua dimensão e sua natureza fizeram crescer e generalizar-se a organização. Não se tratava apenas de ser um movimento de massas temporário e regional: ele se tornou nacional e permanente. Veio a Via Campesina e se formou uma rede internacional. Ao articular-se com outros movimentos, assumiu uma clara dimensão política. A terra prometida não sobreviveria sem integrar-se a um projeto político e popular para o país, dando origem a um novo modelo de desenvolvimento. Mas qual? Pequeno e autônomo? Sonho e utopia da terra prometida.



Reitor	João Alfredo Braida
Vice-Reitora	Sandra Simone Hopner Pierozan
Chefe do Gabinete do Reitor	José Carlos Radin
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura	Edivandro Luiz Tecchio
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis	Clovis Alencar Butzge
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas	Gabriela Gonçalves de Oliveira
Pró-Reitor de Extensão e Cultura	Willian Simões
Pró-Reitor de Graduação	Elsio José Corá
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Joviles Vitório Trevisol
Pró-Reitor de Planejamento	Ilton Benoni da Silva
Secretária Especial de Obras	Daiane Regina Valentini
Secretário Especial de Tecnologia e Informação	Cassiano Carlos Zanuzzo
Procurador-Chefe	Rosano Augusto Kammers
Diretor do <i>Campus</i> Cerro Largo	Bruno Munchen Wenzel
Diretora do <i>Campus</i> Chapecó	Adriana Remião Luzardo
Diretor do <i>Campus</i> Erechim	Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
Diretor do <i>Campus</i> Laranjeiras do Sul	Fábio Luiz Zeneratti
Diretor do <i>Campus</i> Passo Fundo	Jaime Giolo
Diretor do <i>Campus</i> Realeza	Marcos Antônio Beal
Diretor da Editora UFFS	Antonio Marcos Myskiw
Chefe do Departamento de Publicações Editoriais e Revisora de Textos	Marlei Maria Diedrich
Assistente em Administração	Fabiane Pedroso da Silva Sulsbach



Conselho Editorial

Alcione Aparecida de Almeida Alves

Nilce Scheffer

Everton Artuso

Guilherme Dal Bianco

Rosane Rossato Binotto

Izabel Gioveli

Roque Ismael da Costa Güllich

Joice Moreira Schmalfluss

Tassiana Potrich

Maude Regina de Borba

Tatiana Champion

Alessandra Regina Müller Germani

Érica de Brito Pitilin

Valdir Prigol

Melissa Laus Mattos

Antonio Marcos Myskiw

Marlon Brandt

Thiago Ingrassia Pereira

Aline Raquel Müller Tones

Wanderson Gonçalves Wanzeller

Carlos Alberto Cecatto

Samuel da Silva Feitosa

Danielle Nicolodelli

Tiago Vecchi Ricci

Rosemar Ayres dos Santos

Gelson Aguiar da Silva Moser

Inês Claudete Burg

Claudia Simone Madruga Lima

Fabiana Elias

Athany Gutierrez

Débora Tavares de Resende e Silva

Angela Derlise Stübe

Luiz Felipe Leão Maia Brandão

Sergio Roberto Massagli

Samira Peruchi Moretto

Ana Maria de Oliveira Pereira



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Revisão dos textos	Autores MC&G Design Editorial
Preparação e revisão final	Marlei Maria Diedrich
Projeto gráfico e diagramação	Paolo Malorgio Studio Ltda
Projeto gráfico da capa	Paolo Malorgio Studio Ltda
Finalização da capa	Paolo Malorgio Studio Ltda
Divulgação	Diretoria de Comunicação Social
Formatos	PDF e e-Pub

C788b

Corazza, Gentil

As balsas do Rio Uruguai: relatos e crônicas do oeste catarinense /
Gentil Corazza. – Chapecó : Ed. UFFS, [2024].

ISBN 978-65-5019-096-5 (PDF).

978-65-5019-097-2 (EPUB).

1. Uruguai, Rio. 2. Uruguai, Rio, Bacia. 3. Oeste Catarinense (SC :
Mesorregião). 4. História local. 5. Crônicas. I. Título.

CDD: B869.94

Ficha catalográfica elaborada pela
Divisão de Bibliotecas – UFFS
Vanusa Maciel
CRB - 14/1478

